

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO  
2024/2025**



**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL**

**LEITURA GEOESTRATÉGICA DO ESPAÇO PORTUGUÊS: DO PASSADO  
AO FUTURO**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO  
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS  
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA.**

**Rui Pedro Passos Monteiro  
MAJOR, INFANTARIA “COMANDO”**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**LEITURA GEOESTRATÉGICA DO ESPAÇO PORTUGUÊS:  
DO PASSADO AO FUTURO**

**MAJOR, INFANTARIA “COMANDO” Rui Pedro Passos Monteiro**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 24/25

Pedrouços 2025



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**LEITURA GEOESTRATÉGICA DO ESPAÇO PORTUGUÊS:**  
**DO PASSADO AO FUTURO**

**MAJOR, INFANTARIA “COMANDO” Rui Pedro Passos Monteiro**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 24/25

Orientador: Professor Doutor António Paulo Duarte

Coorientador: Tenente-Coronel Engenharia Paulo Jorge da Silva Ferreira

Pedrouços 2025



### **Declaração de compromisso Antiplágio**

Eu, **Rui Pedro Passos Monteiro**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**Leitura geoestratégica do espaço português: do passado ao futuro**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2024/2025** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **23 de junho de 2025**

MAJ INF “CMD” Rui Pedro Passos Monteiro

Assinatura:



## **Agradecimentos**

A entrega deste trabalho é o culminar de uma fase de esforço que, por muito que se reconheçam o que nos são queridos, não devolve o tempo, desta forma, neste agradecimento singelo afirmo a intenção de melhor o recuperar junto deles.

À minha querida avó, que desde sempre foi cúmplice nos momentos simples e nos decisivos, mantendo-se disponível com um sorriso, bom conselho e palavra de encorajamento. Quis o destino que não estivesse presente no fim desta etapa, ainda assim, sei que está por perto e viverá entre nós nas memórias que deixou. Descansa em Paz.

À minha mulher Raquel, pela sua compreensão e sacrifício, este curso tem tanto de mim, quanto dela. Que caminhando juntos, continuemos a impulsionarmo-nos para a frente!

Aos meus pais, pelo seu inabalável apoio e compreensão.

Ao meu Orientador, Professor António Paulo Duarte, pelas palavras sábias no momento certo.

Ao meu Coorientador, Tenente-Coronel Paulo Ferreira, pela constante disponibilidade, apoio e confiança depositada durante as várias fases do trabalho.

A todos a quem tive o privilégio de entrevistar, que generosamente cederam o seu tempo, experiência e saber acumulado para enriquecer este trabalho.

Um agradecimento especial aos restantes elementos do Curso de Estado-Maior Conjunto 2024/2025, por toda a camaradagem e amizade durante os momentos que fomos partilhando.

Obrigado a todos pelo vosso contributo e apoio neste trabalho!



## Índice

1. Introdução .....	1
2. Enquadramento teórico-conceitual .....	4
2.1. Revisão da Literatura .....	4
2.2. Enquadramento teórico .....	5
2.3. Base Conceptual .....	7
2.3.1. Geoestratégia.....	8
2.3.2. Geopolítica.....	10
2.3.3. Espaço Estratégico de Interesse Nacional.....	10
2.4. Metodologia.....	11
3. Evolução do condicionamento Geográfico nacional .....	13
3.1. Conceito de Espaço Estratégico de Interesse Nacional .....	13
3.2. Consolidação do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente.....	15
3.3. Emergência do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural .....	16
3.4. Síntese Conclusiva.....	17
4. Evolução do posicionamento Geopolítico nacional.....	19
4.1. 1.º Ciclo - Transição democrática e adesão europeia (1974-1986) .....	19
4.2. 2.º Ciclo - Integração europeia, consolidação atlântica e revitalização lusófona (1986-2001).....	20
4.3. 3.º Ciclo - Reposicionamento pós-11 de setembro (2001-2008).....	22
4.4. 4.º Ciclo - Resposta à crise económica (2008-2014).....	22
4.5. 5.º Ciclo - Competição estratégica global (2014-2024).....	24
4.6. Síntese Conclusiva.....	24
5. Ambiente estratégico nacional.....	25
5.1. Ambiente interno .....	25
5.2. Ambiente externo.....	26
5.2.1. Oportunidades .....	26
5.2.2. Ameaças.....	27
5.3. Síntese Conclusiva.....	29
6. Constantes e linhas de força do posicionamento geoestratégico nacional.....	30
6.1. Constantes do posicionamento estratégico .....	30



6.1.1. Europeia .....	31
6.1.2. Transatlântica .....	31
6.1.3. Lusófona .....	32
6.2. Linhas de Força do posicionamento geoestratégico nacional.....	33
6.2.1. Marítima.....	33
6.2.2. Magrebe e Ásia .....	33
6.3. Síntese conclusiva.....	33
7. Conclusões .....	35
Referências Bibliográficas.....	38

### **Índice de Anexos**

Anexo A –Espaço Estratégico de Interesse Permanente e Conjuntural .....	Anx A-1
---	---------

### **Índice de Apêndices**

Apêndice A – Glossário de conceitos complementares.....	Apd A-1
Apêndice B - Modelo de Análise .....	Apd B-1
Apêndice C – Análise de entrevistas .....	Apd C-1
Apêndice D – Análise documental .....	Apd D-1

### **Índice de Figuras**

Figura 1 – Esquema da estrutura da investigação.....	3
Figura 2 – Subdivisões da Estratégia.....	6
Figura 3 –Relação interdependente dos conceitos estruturantes e coadjuvantes.....	7
Figura 4– Síntese esquemática da amostra de entrevistas .....	12
Figura 5 – Mapa EEIN-P e EEIN-C de 2003 .....	18
Figura 6 – Mapa do Projeto de extensão da EPC .....	23
Figura 7 – Evolução das ameaças desde 1974.....	28
Figura 8 – Esquema das constantes e linhas de força do posicionamento geoestratégico nacional.....	34
Figura 9 - Caracterização do EEIN-P 2003 .....	Anx A-1
Figura 10 - Caracterização do EEIN-C 2003.....	Anx A-1



## **Índice de Quadros**

Quadro 1 – Glossário de conceitos complementares.....	Apd A-1
Quadro 2 – Modelo de Análise.....	Apd B-1
Quadro 3– Análise de conteúdo por pergunta .....	Apd C-1
Quadro 4 – Análise de conteúdo categorial.....	Apd D-1



## Resumo

A presente investigação analisa o posicionamento geoestratégico de Portugal no período compreendido entre 1974 e 2024, tendo como objetivo geral: esquematizar as constantes e linhas de força do referido posicionamento. A investigação seguiu um raciocínio indutivo, assente numa estratégia de investigação qualitativa, sustentada por um estudo de caso simples com horizonte temporal longitudinal. A recolha de dados assentou na análise de conteúdo de documentos estruturantes políticos (Programa de Governo) e estratégicos (Conceito Estratégico de Defesa Nacional [CEDN]), complementada por entrevistas semiestruturadas a anteriores chefias militares e entidades civis envolvidas na formulação do CEDN. Os resultados revelam que as fronteiras nacionais evoluíram para um espaço de geometria variável, que o posicionamento geopolítico português assenta em três espaços constantes e três áreas complementares, e que o ambiente estratégico externo se complexificou com a inserção em organizações internacionais, mas permitiu mitigar vulnerabilidades e alargar a flexibilidade da ação geoestratégica nacional. Concluiu-se que o posicionamento geoestratégico português se estrutura em torno de três vetores constantes — europeu, transatlântico e lusófono — onde a ação estratégica é estruturada a fim de atingir objetivos políticos, aos quais se somam três linhas de força — marítima, Magrebe e Ásia — que conferem flexibilidade à ação estratégica.

**Palavras-chave:** Estratégia, Espaço Estratégico de Interesse Nacional, Geoestratégia, Geopolítica, Política, Política Externa



### **Abstract**

*This study analyses Portugal's geostrategic positioning between 1974 and 2024, with the general objective of outlining the constants and lines of force that shape this positioning. The research followed an inductive reasoning, based on a qualitative research strategy, supported by a simple case study with a longitudinal time frame. Data collection was based on content analysis of political (Government Programmes) and strategic (National Defence Strategic Concept – CEDN) documents, complemented by semi-structured interviews with former military leaders and civilian individuals involved in the formulation of the CEDN. The results reveal that national borders have evolved into a space of variable geometry; that Portugal's geopolitical positioning is grounded in three constant spaces and three complementary areas; and that the external strategic environment has become more complex due to the country's integration in international organisations, allowing for the mitigation of vulnerabilities and the enhancement of strategic flexibility. It is concluded that Portugal's geostrategic positioning is structured around three constant vectors — European, Transatlantic and Lusophone — where strategic action is organised to achieve political objectives, to which are added three lines of force — maritime, Maghreb and Asia — that provide adaptability to its strategic action.*

**Keywords:** *Foreign Policy, Geopolitics, Geostrategy, National Strategic Interest Area, Politics, Strategy*



## **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

### **C**

CEE	Comunidade Económica Europeia
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRP	Constituição da República Portuguesa

### **E**

EEIN	Espaço Estratégico de Interesse Nacional
EEIN-C	Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural
EEIN-P	Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente
EPC	Extensão da Plataforma Continental
EUA	Estados Unidos da América

### **L**

LA	Linha de Ação
----	---------------

### **O**

OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OI	Organizações Internacionais
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

### **P**

PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PG	Programa de Governo

### **Q**

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada

### **T**

TEP	Triângulo Estratégico Português
TFC	Trabalho Final de Curso
TN	Território Nacional
TUE	Tratado da União Europeia



**U**

UC            Unidade de Contexto

UE            União Europeia

UEO          União da Europa Ocidental

UR            Unidade de Registo

URSS        União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**Z**

ZEE          Zona Económica Exclusiva



## 1. Introdução

A substituição do Estado Novo pela Terceira República levou a redução das fronteiras nacionais à realidade europeia e deixou Portugal “sem conceito estratégico nacional depois de 1974” (Moreira, 1995, p. 311), que com “[...] o desaparecimento da geração que viveu a multicontinentalidade [...] imponham progressivamente uma perspectiva que dá prioridade à Europa e secundariza o atlantismo histórico”<sup>1</sup> (Moreira, 2016, p. 484). O ápice desta redução e o desvincular de uma mentalidade global desenvolvida ao longo de séculos, implicou uma adaptação à nova situação de “pequeno” Estado que, por si só, impulsionou a pertinência de uma reflexão sobre a forma como Portugal leu e se adaptou, em termos estratégicos, a esta nova realidade geográfica.

O atual ambiente estratégico<sup>2</sup>, vulgarmente descrito como Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo (Yarger, 2006, p. 17), exige um reposicionamento que aproveite plenamente a posição geográfica estratégica de Portugal. Verificando-se que os Conceitos Estratégicos de Defesa Nacional (CEDN) não concretizam uma adesão adequada dos restantes instrumentos de poder em termos gerais, emerge a dúvida se o mesmo acontece no plano geoestratégico, o que por si justifica socialmente a relevância deste estudo. Quanto ao contributo para a área de conhecimento, entendemos que a compreensão de leitura geoestratégica do espaço português, no passado recente, permite sustentar futuros posicionamentos geoestratégicos, assim como apoiar o desenvolvimento de políticas públicas adequadas.

A presente investigação tem como **objeto de estudo** o posicionamento geoestratégico português de 1974 até 2024, com foco no Espaço Estratégico de Interesse Nacional (EEIN).

No sentido de melhor focar a investigação, esta será delimitada a três domínios: temporal, espacial e conteúdo (Santos & Lima, 2019). Temporalmente, delimitaremos a investigação ao período entre 1974-2024. A escolha deste período cinge-se ao facto de corresponder à Terceira República de Portugal, momento a partir do qual as fronteiras de Portugal alteraram significativamente com o desaparecimento da componente ultramarina do seu território associado ao processo de “descolonização”.

Quanto ao domínio espacial, o objeto de estudo incidirá sobre o EEIN, na sua dimensão permanente e conjuntural, decompostas no espaço físico, nos domínios terrestre, marítimo, aéreo. Convirá esclarecer que, apesar de considerarmos o espaço e o ciberespaço domínios relevantes, com lugar a políticas e estratégia próprias, estes foram deliberadamente excluídos

---

<sup>1</sup> Grafia original.

<sup>2</sup> Vide Apêndice A – Glossário de conceitos complementares.



da nossa análise, porquanto os documentos estratégicos enquadrantes são recentes e consequentemente exíguos no hiato temporal definido.

Em termos de conteúdo, iremos desenvolver a nossa investigação no âmbito da Segurança e Defesa Nacional<sup>3</sup>. É nosso entendimento, que a Segurança e Bem-Estar são os fins últimos do Estado (Caetano, 2003, p. 143; Couto, 2020, p. 76), onde a Segurança Nacional<sup>4</sup> corresponde a uma *condição* da Nação, traduzida na sua permanente garantia de sobrevivência e em Paz e Liberdade, e Defesa Nacional ao conjunto de *medidas* que garantem essa condição (Presidência do Conselho de Ministros, 2013). Destarte, esta delimitação foca a nossa investigação no conjunto de políticas e estratégias estabelecidas pelo Estado, por forma a cumprir os seus fins últimos.

O **Objetivo Geral (OG)** estabelecido para a presente investigação é esquematizar as constantes e linhas de força<sup>5</sup> do posicionamento geoestratégico nacional desde 1974.

De modo a dar cumprimento ao OG definido, foram estabelecidos três Objetivos Específicos (OE):

**OE 1** – Examinar a evolução do condicionamento geográfico nacional;

**OE 2** – Analisar a evolução do posicionamento geopolítico nacional;

**OE 3** – Analisar evolução do ambiente estratégico nacional.

A formulação de uma Questão Central (QC), podendo ou não vir a ser complementada por Questões Derivadas (QD), visa orientar a recolha e análise de informação, num esforço de atribuir sentido e foco ao objeto de estudo (Bryman, 2012; Carmo e Ferreira, 1998, cit. por Santos & Lima, 2019, pp. 54–55).

Para esse efeito, define-se como **QC**: Quais são as constantes e linhas de força do posicionamento geoestratégico nacional desde 1974?

A partir da QC definiram-se três questões derivadas (QD):

**QD 1** – De que forma evoluíram os limites geográficos de Portugal?

**QD 2** – De que forma evoluiu o posicionamento geopolítico de Portugal?

**QD 3** – De que forma evoluiu o ambiente estratégico de Portugal?

---

<sup>3</sup> Vide Apêndice A.

<sup>4</sup> Não confundir com Segurança Interna (Presidência do Conselho de Ministros, 2013).

<sup>5</sup> Expressão derivada do raciocínio de Borges Macedo (1976, p. 93), do qual extraímos que: Constantes - Posicionamentos geoestratégicos que demonstrem constância em situações díspares; Linhas de Forças - Posicionamentos geoestratégicos emergentes, com um processo de evolução não necessariamente contínuo.

No segundo capítulo, são estabelecidos o quadro teórico e a metodologia seguida. No terceiro capítulo é examinada a evolução do condicionamento geográfico de Portugal, que enquadra espacialmente o capítulo seguinte. No quarto capítulo, é definida a evolução do posicionamento geopolítico. No quinto capítulo é analisado a evolução do ambiente estratégico nacional, que motivou o posicionamento geopolítico e enquadra as opções geoestratégicas. No sexto capítulo, através do contraste dos resultados dos capítulos anteriores, são esquematizadas as constantes e linhas de força do posicionamento geoestratégico nacional. Por fim, são tecidas as conclusões relativamente à investigação. Na Figura 1 encontra-se esquematizada a estrutura da investigação.

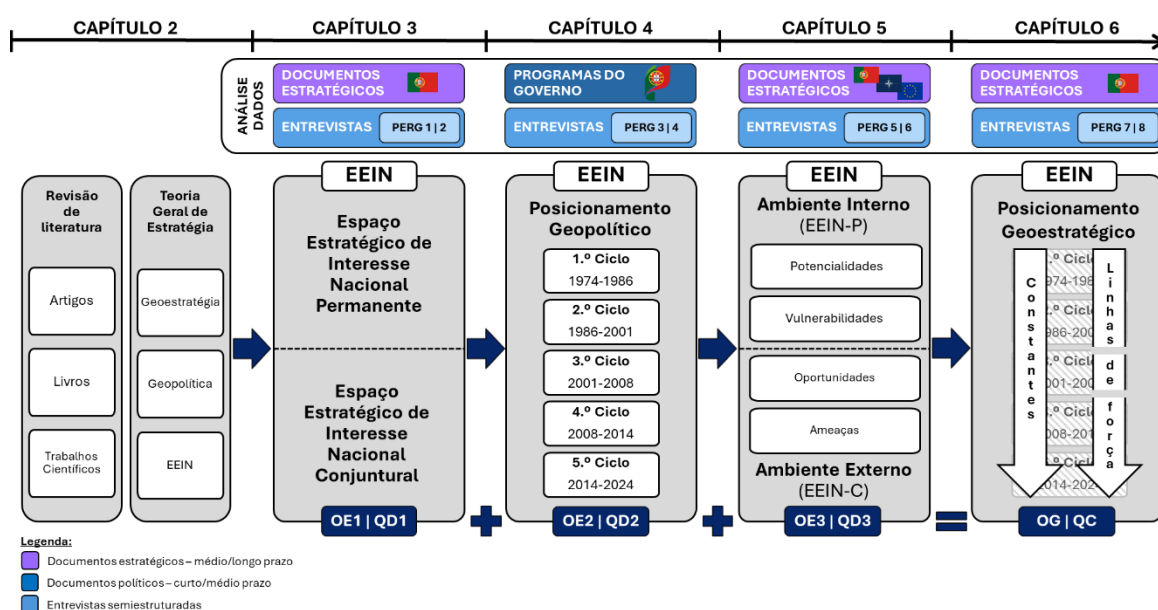


Figura 1 – Esquema da estrutura da investigação



## 2. Enquadramento teórico-conceitual

Neste capítulo apresenta-se a revisão da literatura, descrevendo os conceitos estruturantes, seguindo-se a descrição da metodologia que norteou a investigação.

### 2.1. Revisão da Literatura

Na senda de resposta às referidas questões, identificamos duas grandes temáticas nos debates académicos: (i) Avaliações geopolíticas e geoestratégicas nacionais; e (ii) Opções para países de natureza semelhante à de Portugal.

O debate académico tem sido rico no que concerne a avaliações geopolíticas e geoestratégicas nacionais (Correia, 2002; Leal, 2007; Macedo, 1976; Nogueira, 2011; Sequeira, 2014). Correia (2002) realiza uma análise geoestratégica de Portugal, conduzindo para tal uma caracterização geoestratégica que evolui para uma análise dos objetivos geoestratégicos e avaliação de ameaças. Nesta análise breve, mas profunda, Correia (2002, pp. 88-96) identifica cinco dimensões de aspetos relevantes na geoestratégia portuguesa: nacional; lusófona; oeste-europeia; norte-atlântica; e global.

Neste debate, a conceptualização do Triângulo Estratégico Português (TEP) surge como incontornável. A retração do território português à realidade continental europeia torna por demais evidente a sua condição mista (continental reduzida, marítima expandida). Esta, aliada à rarefação de atividades económicas ao longo da fronteira com Espanha e às ligações com o “exterior”, essencialmente efetuadas por mar, tem um impacto nas estruturas, estratégias e políticas nacionais, e confere uma natureza “quase-arquipelágica” ao território português (Alves, 1987; Carvalho, 1986; Cunha, 2004; Fernandes, 2014).

O TEP consiste, assim, numa designação geométrica do território nacional, composta por três vértices de cariz eminentemente atlântico, Portugal Continental, Açores e Madeira (Alves, 1987; Carvalho, 1986; Fernandes, 2014; Miguel, 1979). Segundo Palmeira (2006, p. 142), a participação em Organizações Internacionais (OI) garante ao Estado acesso a “grandes espaços”<sup>6</sup> emergentes, permitindo tirar partido da gestão de recursos comuns e obter melhores resultados.

No rescaldo dos eventos do 25 de abril de 1974, Adriano Moreira (1977) advertia para os perigos do caminho que Portugal seguia em direção ao “Estado exíguo”, dando mote ao debate do posicionamento de pequenos Estados. Para Moreira (1979), a posição geográfica nacional, de cariz atlântico e continental, consagrada no TEP, e a posição internacional de “geometria variável” garantem a Portugal elementos indispensáveis ao funcionamento dos

---

<sup>6</sup> Espaços que se encontram entre o patamar do Estado e do globo, gerados com base no princípio do consentimento (ex.: OI) ou de imposição (ex.: área dos satélites) (Moreira, 2016, p. 441).



sistemas internacionais, o que enforma um “poder funcional”. Sob esta perspetiva, Portugal assume-se como país fronteira e de articulação, onde a soberania terá de ser adaptado para uma “soberania de serviço [...] indispensável pela ordem global” (Moreira, 1997, p. 5).

Apesar do extenso debate académico sobre a geoestratégia e geopolítica de Portugal, entendemos que existe uma lacuna no estudo da evolução do espaço português enquanto entidade geoestratégica.

## 2.2. Enquadramento teórico

A investigação científica não deve partir de uma *tábua rasa*, sendo necessário e útil explicar o quadro teórico de referência que permitirá melhor compreender a escolha e interação com o objeto de estudo (Yin, 2018, p. 69). Dada a natureza do objeto de estudo optou-se por delinear um quadro teórico com base na Teoria Geral de Estratégia de Ribeiro (2009), pois entendemos que estabelece a relação entre Poder, Política, Estratégia e Geoestratégia.

*A fortiori*, convirá explicar que enquadrámos a Estratégia no âmbito da Ciência Política, ao nível político, atuando no “palco” do Estado (Ayson, 2008; Freedman, 2013; Ribeiro, 2009). Para garantir uma melhor análise, Coutau-Bégarie (2006, p. 48) decompõe o conceito de Estratégia em partes: conceito; categoria de conflito; ciência; método; cultura; arte; e por fim, sistema. Com base nesta metodologia, acolhemos a definição de Estratégia avançada por Ribeiro (2009, p. 22): “a ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo”<sup>7</sup>.

Da anterior definição identifica-se uma relação entre Estratégia e Política, que se concretiza na divisão da Estratégia quanto às suas formas de coacção. Partindo de uma estruturação vertical do Estado subdividido em planos analíticos decrescentes, com base nos objetivos a materializar e as ações que este tem de realizar, considera-se pertinente esquematizar a divisão da estratégia em integral<sup>8</sup>, geral e particular<sup>9</sup>, conforme a Figura 2.

---

<sup>7</sup> Grafia original.

<sup>8</sup> Ribeiro (2009, p. 77) segue as subdivisões de Beaufre (1963) e Cabral Couto (2020), porém adota o termo “Estratégia Integral” de Lucien Poirier (1982, pp. 113 e 124).

<sup>9</sup> Apêndice A.

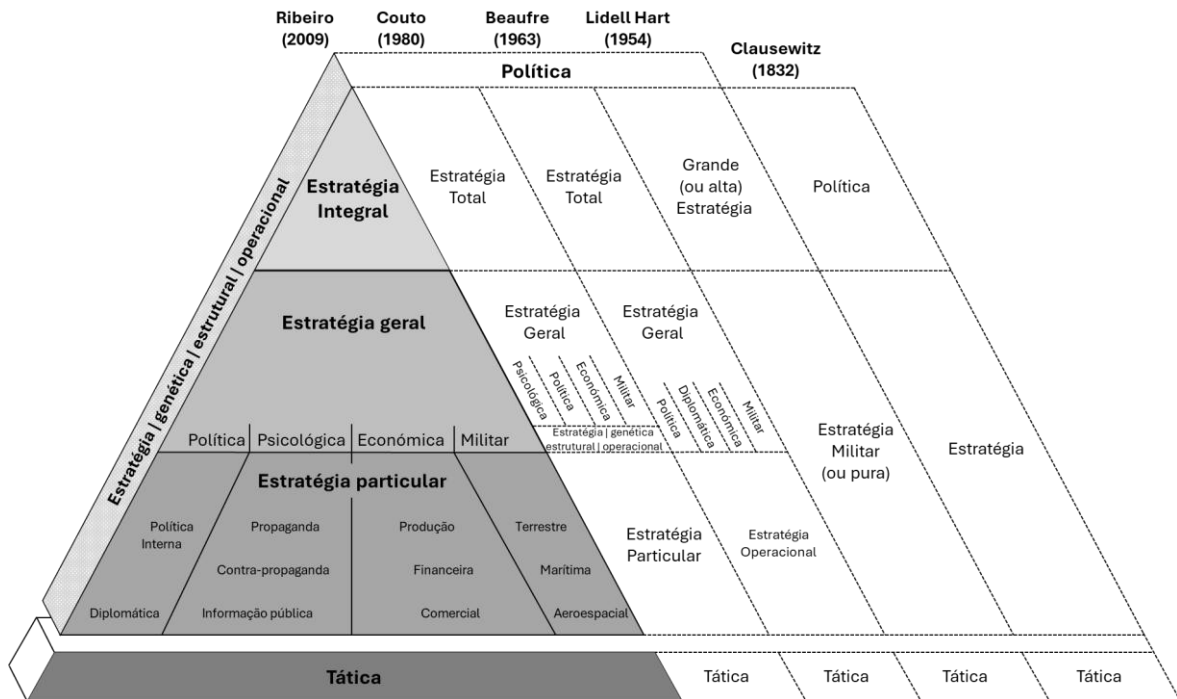


Figura 2 – Subdivisões da Estratégia

Fonte: Adaptado de Oliveira (2021, p. 7), Ribeiro (2009, p. 77), Amillas, Shaffer e Mantilla (2013, p. 18) e Couto (2020, p. 246).

A prossecução dos objetivos fixados pela Política estabelece uma relação de determinação hierárquica da Política relativamente à Estratégia (Ribeiro, 2009, p. 38). Porquanto, cabe à Estratégia estudar e estabelecer o caminho para alcançar esses objetivos, através de um processo estratégico com uma estrutura lógica que permita formular e operacionalizar uma modalidade de ação estratégica (Ribeiro, 2009, pp. 39, 40, 90). Devido à natureza de dialética de vontades em que operam o decisor político e o responsável pela estratégia integral são o mesmo, contudo, aquando da definição de objetivos, a Estratégia retroage sobre a Política, conferindo à primeira uma natureza de “disciplina de fins incompletos que devem ser completados na síntese política superior” (Fernandes, 2021, p. 173).

A relação entre a Estratégia e a Política estreita-se quando verificamos a componente científica de Estratégia, que, segundo Ribeiro (2009, p. 22), é garantida através da integração de um método de investigação e análise que explique fenómenos estratégicos com recurso a perspetivas teóricas de outras ciências sociais, das quais a Ciência Política é a principal.

Estabelecida a relação entre dimensão estratégica e política, resta-nos a conceptual, o Poder. Lara (2021, p. 22) define Poder como “o conjunto de meios capazes de coagir os outros a um determinado comportamento”, que através do facto político, é o objeto central da ciência política (Lara, 2021; Moreira, 2020). Freedman (2013, 2014), estabelece uma

relação direta entre poder e estratégia, considerando que a Estratégia é simplesmente a arte de criar poder. Assim, e por relação à definição de Estratégia de Ribeiro (2009), consideramos que a prossecução de objetivos políticos tem o fim último de conquistar ou manter poder político, estabelecendo desta forma a relação Estratégia-Poder.

### 2.3. Base Conceptual

A compreensão cabal do objeto de estudo implica um enquadramento teórico sólido, consubstanciado por conceitos claros e inequívocos. Porquanto, iremos operacionalizar Geoestratégia como conceito de ordem estruturante, e Geopolítica e EEIN de ordem coadjuvante.

A natureza interdependente destes conceitos exige uma demarcação clara do âmbito de cada um, razão pela qual apresentamos um esquema tripartido que procura demonstrar a relação destes conceitos em linha com o enquadramento teórico.

A relação entre a dimensão política e estratégica é estabelecida entre as suas projeções em três contextos interligados, conforme Figura 1. No contexto de Poder, a Política caracteriza-se por ser uma doutrina de vontades no sentido que gere as dinâmicas entre agentes do Poder, cabendo à Estratégia, enquanto doutrina de ação, estabelecer modalidades para edificar, dispor e empregar meios de coação em cumprimento de objetivos com a finalidade de obter poder político (Ribeiro, 2009; Tomé, 2014). No contexto do domínio geográfico, estas dimensões são projetadas em geopolítica e geoestratégia, que através da análise dos fatores geopolíticos/geoestratégicos, determinam as dinâmicas de poder relacionadas com o espaço físico. Por sua vez, estas dinâmicas projetadas num espaço têm um campo de atuação, que na dimensão política consiste nas interações no Sistema Internacional e na dimensão estratégica ocorre no espaço estratégico, entendido como essencial ao interesse nacional.

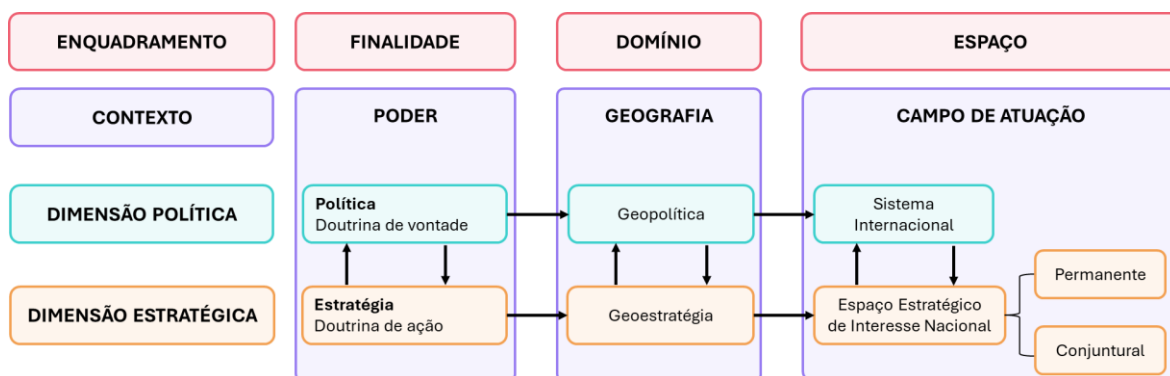


Figura 3 –Relação interdependente dos conceitos estruturantes e coadjuvantes

Fonte: Adaptado de Alves (1987, p. 21) e Matias (1993, p. 10).



Convirá esclarecer que a presente investigação, centrada em geoestratégia, se encontra na dimensão estratégica, de onde decorre a escolha dos conceitos estruturantes, sendo que, Geopolítica surge como conceito coadjuvante pela clara centralidade que ocupa. Na conceptualização que iremos realizar nos próximos subcapítulos, procuramos decompor os conceitos e estabelecer a sua interdependência, por forma a identificar os indicadores a analisar nos dados recolhidos, segundo a lógica estabelecida na Figura 1 de finalidade, domínio e espaço.

### 2.3.1. Geoestratégia

A definição consensual de Geoestratégia, em contraponto à geopolítica e em jeito de *bandwagoning*, tem gerado debate no meio académico e militar, variando as posições entre uma autonomização completa ou meramente como uma expressão tautológica de Estratégia (Coutau-Bégarie, 2006; Tomé, 2014).

O conceito de Geoestratégia, assume maior expressão com Célérier (1969, p. 61), que estabelece o díptico homogéneo entre Geopolítica e Geoestratégia, apelidando a última como irmã mais nova da primeira, noção que vigora até hoje no debate destas matérias. Célérier (1969, p. 5) refere ainda que à “geografia aplicada aos domínios da política e da estratégia, nós chamamos geopolítica e geoestratégia”, estabelecendo assim uma relação vertical linear e paralela, entre política-geopolítica e estratégia-geoestratégia. Ademais, entende-se que o significado de geografia para a Estratégia tem uma dimensão física e psicológica, no sentido que existe como terreno e como relações de espaço construídas no imaginário (Gray, 1999, pp. 162–163).

Golbery do Couto e Silva (1981) aprofunda a relação estratégia-geoestratégia, considerando que Geoestratégia também pode ser dividida quanto às formas de coação. Contudo, considera que esta atua primordialmente ao nível integral, podendo igualmente ser decomposta ao nível geral, constituindo geoestratégias políticas, psicossociais, económicas e militares (Silva, 1981, p. 167). Desta forma, remete-se a geoestratégia ao cumprimento de objetivos políticos num ambiente competitivo, conflitual ou de desacordo, o que implica, segundo Ribeiro (2009), o uso coordenado de recursos e capacidades materializado nos instrumentos do poder nacional<sup>10</sup> por forma a coagir o contrário ao comportamento pretendido, *ergo* Poder.

Nessa sequência, Coutau-Bégarie (2006) define Geoestratégia como uma estratégia que explora as possibilidades da geografia, nomeadamente através de extensão, forma,

---

<sup>10</sup> Diplomático/político, económico, militar e informacional (Yarger, 2006, p. 5).



topografia e recursos dos grandes espaços. Na esteira de Coutau-Begárie, autores nacionais estabelecem a mesma relação linear e dependência da geografia (Correia, 2012; Fernandes & Duarte, 2003). Acrescendo a este ponto de vista, Célérier (1969, p. 76) inclui os fatores geopolíticos na análise geoestratégica, atribuindo, todavia, maior foco aos fatores físicos estáveis da geopolítica. Por sua vez, Matias (1993, p. 10) considera que a geoestratégia e geopolítica interpretam a mesma realidade geográfica, como tal partilham os fatores de análise<sup>11</sup>.

Das definições investigadas, é possível decantar um conjunto de critérios comuns: do objeto, do sujeito, da forma de produção e do fim<sup>12</sup>. Nesse sentido, entende-se que geoestratégia:

- Quanto ao objeto, ou seja, o campo de aplicação ou a quem se dirige a geoestratégia, será num ambiente de vontades antagónicas, não necessariamente em conflito, mas, no mínimo, em competição;
- Quanto ao sujeito, ou quem exerce a geoestratégia, em face da decomposição ao nível integral e geral, é exercida pelos responsáveis por esses níveis;
- Quanto à forma de produção, correspondente à forma de aquisição e aplicação do conhecimento, verifica-se que é adquirida através do estudo sistematizado de fatores geopolíticos/geoestratégicos e aplicada de forma a determinar a ação estratégica de exploração das possibilidades dos grandes espaços;
- Quanto ao fim, visa cumprir objetivos políticos.

Tendo por base os critérios apresentados, entende-se como adequada a definição proposta por Tomé (2014, p. 22): “[...] a geoestratégia relaciona, fundamentalmente, geografia e estratégia, referindo-se às modalidades de estabelecimento, hierarquização e prossecução de objetivos políticos, gerando e utilizando recursos e capacidades, num ambiente admitido como competitivo e conflitual, em função de e num determinado espaço com atores interagentes”. Face à conjugação destas características, entende-se que Geoestratégia e Geopolítica consistem na projeção de obtenção de Poder sobre o domínio geográfico, ficando ao cargo da Estratégia o estabelecimento das modalidades de emprego dos referidos instrumentos de poder nacional e da Política a gestão das dinâmicas entre os agentes e atores do Poder (Tomé, 2014).

---

<sup>11</sup> Fatores Geopolíticos/Geoestratégicos: físico; humano; recursos naturais; circulação; tecnológico; e estruturas (Matias, 1993, p. 18)

<sup>12</sup> A lógica de decomposição conceptual efetuada com base em Couto (2020, p. 217) e Correia (2012, p. 26)



### 2.3.2. Geopolítica

O termo Geopolítica sofre de alguma derivação semântica, embora a sua definição deva ser a mais ampla possível, por forma a abranger todo o seu espectro (Correia, 2012; Tomé, 2014). Segundo Tomé<sup>13</sup> (2014, p. 187) “espaço e poder, geografia e política constituem a essência da geopolítica”. Desta forma, apesar de a geopolítica ser suportada por um estudo de fatores geopolíticos, entende-se que estabelece a ligação efetiva entre geografia e política.

Como tal, entendemos acolher a seguinte definição de Geopolítica:

Refere a política e as dinâmicas de poder - isto é, os discursos e as práticas relacionados com a aquisição e o uso do poder, o exercício do poder, as relações de poder e a estrutura de poder - em função de e num determinado espaço, tendo em conta os fundamentos e elementos geográficos aí presentes, seja ao nível mais local ou a uma escala mais ampla, como uma região ou o mundo no seu conjunto. (Tomé, 2014, p. 185)

### 2.3.3. Espaço Estratégico de Interesse Nacional

Marcello Caetano (2003, p. 122), na sua obra seminal, estabelece que o Estado é composto por três elementos essenciais: povo, território e poder político. Políbio de Almeida (1990, p. 112) identifica a geografia como o fator mais estável do Poder de um Estado. Desta forma, o território assume o local central na composição de um Estado e estabelece uma ligação essencial com o Poder. Segundo Caetano (2003, p. 127), território “[...] é o espaço no qual os órgãos do Estado têm o poder de impor a sua autoridade: define, assim, o âmbito da competência no espaço dos órgãos supremos do Estado”.

A delimitação clara de Território Nacional (TN) surge no art.º 5.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) (Decreto de Aprovação da Constituição, de 10 de abril de 1976), que o define como o “[...] território historicamente definido no continente europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira”. Porém, como alerta Ramalho (1998), é necessário distinguir TN, mar territorial, de Zona Económica Exclusiva (ZEE) e zona contígua, sendo a última “um espaço de direitos de fruição dos recursos existentes e não de direito soberano, sobre as águas ou camada aérea que as coroa” (Marques Guedes, 1989, cit. por Ramalho, 1998, p. 9).

No seguimento do exposto, assumimos EEIN no conceito avançado por Ramalho (1998, p. 27) “[...] grande espaço, que abrange o TN e outras áreas de importância

---

<sup>13</sup> Tomé (2010, 2014) identifica as seguintes aplicações de Geopolítica: (i) enquanto disciplina ou domínio científico; (ii) enquanto conceito, (iii) e enquanto noção.



geoestratégica, para a defesa dos interesses nacionais, quaisquer que eles sejam [...]”. Ramalho (1998, p. 27) alerta ainda que devem ser igualmente identificadas: a prioridade de interesses a defender e quais os atores internacionais potencialmente perturbadores, dentro do contexto estratégico, por forma a definir a melhor aplicação do potencial estratégico nacional.

#### 2.4. Metodologia

A presente investigação parte de um posicionamento ontológico **construtivista** e epistemológico de **interpretativismo**, consubstanciados num raciocínio **indutivo**, assentes numa estratégia de investigação **qualitativa** (Santos & Lima, 2019).

A opção por um raciocínio **indutivo** deriva da realidade onde observamos o objeto de estudo que, no nosso entendimento, é essencialmente subjetiva (Creswell, 2013, pp. 33, 36). A presente investigação visa esquematizar as constantes e linhas de força do posicionamento geoestratégico nacional, partindo de um conjunto de dados empíricos, com vista a estabelecer um padrão de relação e criar um esquema teórico geral, que permita compreender realidades similares (Creswell & Creswell, 2018, p. 110)

Considerando a natureza subjetiva da realidade onde se insere o objeto de estudo, a estratégia **qualitativa** é aquela que melhor permite interpretar as ações dos atores da realidade social (Santos & Lima, 2019, p. 89). Concretamente, a perceção dos responsáveis pela formulação do CEDN e do Conceito Estratégico Militar (CEM), conjugada com a interpretação desses mesmos documentos, garante uma visão holística da realidade observada.

A delimitação em termos espaciais e temporais enformou a escolha pelo **estudo de caso simples longitudinal**, o que permitiu o foco numa única unidade de análise, o que habilitou uma compreensão heurística e abordagem do objeto de forma holística (Freixo, 2013, p. 125), observada na delimitação temporal estabelecida.

O desenho de pesquisa escolhido exige a variação de fontes de dados e, consequentemente, a triangulação de fontes (Bryman, 2012, p. 633; Freixo, 2013, p. 128). Assim, recorreu-se à técnica de recolha de **dados documentais escritos**, complementada por **entrevistas semiestruturadas**. Em linha com Macedo (1976) e conforme refere Afonso (2024), recorreremos à História numa perspetiva operativa. Afonso (2024, p. 11) esclarece que a busca de “constantes e linhas de força” tem, no caso da Estratégia, particular utilidade, no sentido em que o investigador procura indicadores comuns no passado histórico, que após agrupados permitem formular postulados sobre o comportamento das sociedades.

Na recolha de dados documentais escritos constituiu-se um *corpus* teórico, baseado em documentos políticos e estratégicos estruturantes da Defesa Nacional, nomeadamente CEDN, CEM e Programas de Governo (PG)<sup>14</sup>. A realização de entrevistas semiestruturadas dirigidas a elementos que tenham participado no desenvolvimento do CEDN e/ou CEM, assim como a anteriores Chefes de Estado-Maior, conforme Figura 4, permitiu discernir a forma como o posicionamento geoestratégico nacional foi percecionado na delimitação temporal analisada. Com base no Modelo de Análise<sup>15</sup>, a entrevista<sup>16</sup> foi organizada por forma as perguntas concorrerem diretamente para a resposta da QD e QC<sup>17</sup>, o que, conjugado com uma tipologia semiestruturada, possibilitou uma latitude nas respostas que alargou o espectro da investigação.

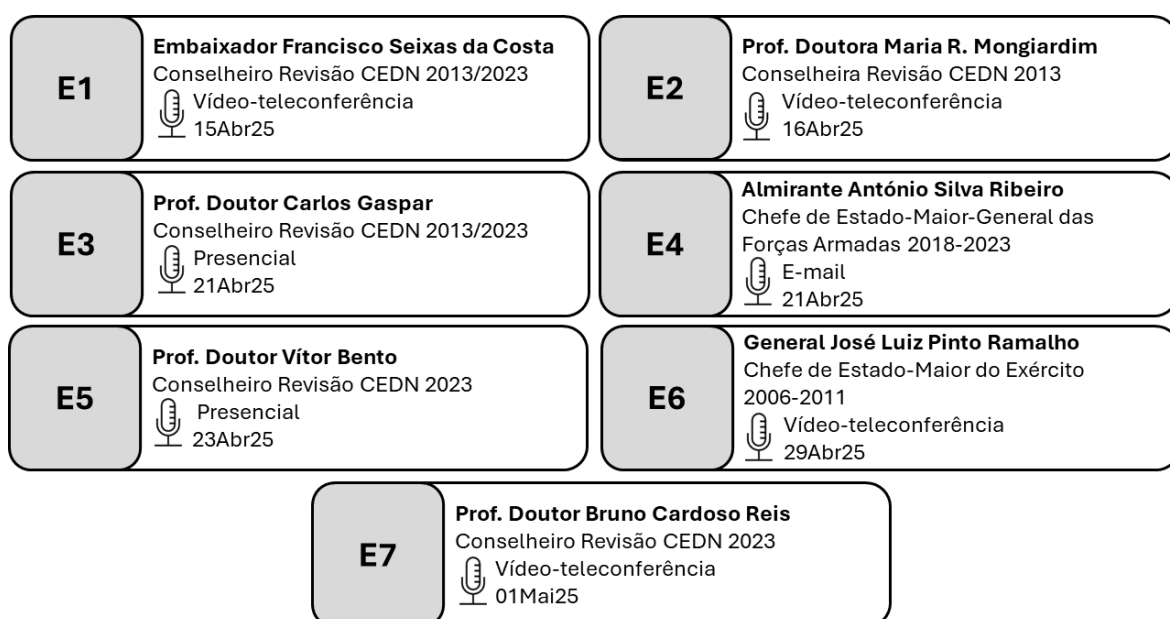


Figura 4– Síntese esquemática da amostra de entrevistas

Para técnica de análise de dados optou-se pela **análise de conteúdo temática** (Sarmento, 2013). Para a análise das entrevistas, agruparam-se, por pergunta, Unidades de Contexto (UC) comuns que permitiram formular Unidades de Registo (UR), categorias e subcategorias, vide Apêndice C, o que permitiu interpretar e sistematizar a informação de modo a identificar padrões (Santos & Lima, 2019; Sarmento, 2013).

<sup>14</sup> Os CEDN, o CEM 2014 e os PG desde 1976. Excluíram-se os programas dos Governos Provisórios.

<sup>15</sup> Vide Apêndice B - Modelo de Análise.

<sup>16</sup> Vide Apêndice C – Análise de entrevistas.

<sup>17</sup> Pergunta 1 e 2 - QD1; pergunta 3 e 4 - QD2; pergunta 5 e 6 - QD3; e pergunta 7-8 - QC.



### **3. Evolução do condicionamento Geográfico nacional**

Neste capítulo efetua-se uma análise da evolução do condicionamento geográfico nacional, tendo por base a forma como são definidas fronteiras e refletidas no TN.

#### **3.1. Conceito de Espaço Estratégico de Interesse Nacional**

À frente e ao centro da nossa investigação encontra-se o espaço físico que, transposto para o Estado, se configura no seu TN, delimitado pelas fronteiras. A fronteira no sentido tradicional cumpre uma dupla função, pois define um limite de vizinhança entre entidades diferenciadas e salvaguarda o domínio de intervenção do Estado na prossecução dos seus interesses (Mongiardim, 2016, p. 2). Todavia, o significado, a importância, e até a localização geográfica das fronteiras de um Estado não são imutáveis no tempo, nem isomórficas (Anderson & and O’Dowd, 1999, p. 593; Lamont & Molnár, 2002, p. 181).

A literatura sobre estudos de fronteiras denota que estas ultrapassam os obstáculos naturais de um território, visto serem construtos sociais e discursivos ligados ao poder político (Anderson & and O’Dowd, 1999; Moreira, 1963, p. 11; Newman & Paasi, 1998; Van Houtum, 2005). Estas práticas encontram-se associadas a uma ação social alargada que tem por base processos de “nós” vs. “os outros”, resultando na fixação de fronteiras simbólicas que visam distinguir e categorizar pessoas, objetos, espaço e até tempo (Lamont & Molnár, 2002; Paasi, 2010).

O fim do projeto ‘euromundista’ submete Portugal à integração em grandes espaços de cooperação como a OTAN, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e União Europeia (UE), todos com conceitos estratégicos eventualmente divergentes do nacional (Moreira, 2000a, p. 325). Por conseguinte, é criado um “sistema de geometrias variáveis” onde as fronteiras tradicionais se encontram esbatidas, se cruzam e entrelaçam com outras, sendo o seu espaço submetido a condicionamentos supranacionais de natureza económica, política e militar (Mongiardim, 2016, p. 3).

Atinente ao exposto, Marchueta (2002) categoriza dois tipos de fronteira: estruturais e conjunturais. As fronteiras estruturais englobam a fronteira civilizacional e a fronteira cultural. A fronteira civilizacional, se bem que ancorada às fronteiras naturais, é determinada por fatores estruturantes da sociedade como o desenvolvimento de modos de vida, costumes e estrutura de pensamento semelhantes (Marchueta, 2002, p. 48). Por sua vez, a fronteira cultural, mais restrita que a noção de civilização, relaciona-se com o que é próprio de uma nação como a língua, história, tradição e folclore (Marchueta, 2002, p. 81). As fronteiras conjunturais, impostas por razões de ordem política, são revestidas de uma natureza oportunista, onde se encontra a maior diversidade de traçados, significados e funções.



Marchueta e Mongiardim (2002; 2016) destacam como exemplos as fronteiras políticas, económicas, da defesa, da segurança, do espaço, de cooperação, digitais, do conhecimento, do tempo e ideológicas.

Em linha com a adesão a grandes espaços, verifica-se que as fronteiras expandem-se além do TN de um Estado, sendo o seu garante alvo de *outsourcing* para outros Estados ou OI (Parker & Vaughan-Williams, 2012, p. 730). Ainda assim, convém referir que estas fronteiras separam comunidades humanas e têm impacto nas políticas internas e externas dos Estados que as compõem (Marchueta, 2002; Paasi, 2010).

A delimitação do EEIN surge formalmente, e pela primeira vez, no CEDN de 2003<sup>18</sup>, sistematizando um conjunto de conceitos que se encontravam dispersos por vários diplomas legislativos, Programas de Governo e Diretivas Ministeriais (Palhau, 2005, p. 21). O EEIN é composto por duas dimensões, o Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEIN-P) e o Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural (EEIN-C). Esta delimitação reflete-se por completo no CEM de 2014 (Despacho do Ministro da Defesa Nacional, de 22 de julho de 2014), contudo, esgota-se nesse documento, não tendo sido replicada no último CEDN (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril), nem tampouco na Proposta das Grandes Opções do CEDN 2023 (Proposta de Resolução n.º 13/XV/2023, de 18 de maio).

Ainda que esta omissão seja um mero afastamento da expressão *per se*, por razões de “simplificação” de leitura do documento (C. Gaspar, entrevista presencial, 21 de abril de 2025; F. S. Costa, entrevista presencial, 15 de abril de 2025), entendemos que existem vantagens claras da sua consagração em documentos estratégicos. Borges (2024), A. Ribeiro (entrevista email, 21 de abril de 2025) e C. Gaspar (*op. cit.*) referem claramente que delimitar o EEIN, além de clarificar o posicionamento geoestratégico nacional, permite a definição de prioridades, afetação de recursos e desenvolvimento de capacidades. Situação que é por demais evidente no caso do CEM, onde os EEIN contribuem definitivamente para a sua capacidade estruturante enquanto documento estratégico.

A sistematização de EEIN-C e EEIN-P constituem a delimitação das fronteiras relevantes para Portugal que, apesar de apenas se encontrarem definidas no CEM 2014, servirão de base para a análise do presente trabalho. Como tal, iremos de seguida definir cada uma destas áreas, correlacionando-as com as definições conceptuais de fronteira de Marchueta (2002).

---

<sup>18</sup> A primeira referência a EEIN surge no CEDN 1994 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/94, de 4 de fevereiro), sem a delimitação atual e divisão em duas dimensões.



### 3.2. Consolidação do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente

No início do século XX, o TN encontrava-se descrito na Constituição Política da República Portuguesa de 1933:

**Artigo 1.º** O território de Portugal é o que actualmente lhe pertence e compreende:

- 1.º Na Europa: o Continente e Arquipélagos da Madeira e dos Açores;
- 2.º Na África Ocidental: Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e suas dependências, S. João Baptista de Ajuda, Cabinda e Angola;
- 3.º Na África Oriental: Moçambique;
- 4.º Na Ásia: Estado da Índia, Macau e Timor e respectivas dependências.

**§ único.** A Nação não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter sobre qualquer outro território.<sup>19</sup> (Decreto n.º 22:241, de 22 de fevereiro)

Decorrente da Lei n.º 7/74, de 27 de julho, é estabelecido o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos, com a respetiva derrogação do art.º 1.º da Constituição Política da República Portuguesa de 1933. Na sequência da emissão desta Lei, ocorreu um processo de autodeterminação e reconhecimento da independência das antigas províncias ultramarinas e territórios autónomos, que se iniciou em 1974, com a Guiné-Bissau e terminou a 11 de novembro de 1975, com Angola.

Como consequência, Portugal viu-se reduzido às fronteiras continentais europeias e regiões autónomas, conforme consagrado no art.º 5.º da Constituição da República Portuguesa de 1976 (Decreto de Aprovação da Constituição), na sua redação atual, refletido para efeitos de ação estratégica no CEDN de 2003, na figura do EEIN-P:

O território, que se define, nas suas referências cardeais, entre o ponto mais a norte, no concelho de Melgaço, até ao ponto mais a sul, nas ilhas Selvagens; e do seu ponto mais a oeste, na ilha das Flores, até ao ponto mais a leste, no concelho de Miranda do Douro; O espaço de circulação entre as parcelas do território nacional, dado o seu carácter descontínuo; Os espaços aéreo e marítimo sob responsabilidade nacional, as nossas águas territoriais, os fundos marinhos contíguos, a zona económica exclusiva e a zona que resultar do processo de alargamento da plataforma continental. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, de 20 de janeiro)

---

<sup>19</sup> Grafia original.



O EEIN-P configura-se nas fronteiras geográficas portuguesas definidas, a grosso modo, no Tratado de Alcanizes em 1297, acrescido das regiões autónomas da Madeira e dos Açores, conforme exposto na Figura 9 (Anexo A). Com a delimitação do EEIN-P, vem o CEDN de 2003 remeter à Política de Defesa Nacional o objetivo de garantir a segurança e defesa do território nacional em toda a sua extensão. É de todo relevante notar que a espacialização territorial do EEIN-P já inclui a zona que resulta do processo de alargamento da plataforma continental, o que demonstra uma intenção clara de projeção de fronteiras e de alargamento territorial. Desta forma, em linha com Ramalho (1998, p. 11), entende-se que o EEIN-P é efetivamente um “espaço de soberania” no qual o Estado português potencia a aplicação da sua estratégia nacional. Assim, entende-se que o EEIN-P, conceptualmente, enforma uma fronteira conjuntural política, que se manteve fixa na sua essência desde 1999, com a transferência de soberania de Macau.

### **3.3. Emergência do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural**

O EEIN-C não se cinge às fronteiras juridicamente estabelecidas, integrando aspetos históricos, culturais e identitários que projetam Portugal para além das suas fronteiras geográficas. Esta dimensão do espaço nacional manifesta uma continuidade estratégica, ancorada num conceito relativo de soberania, no qual a projeção cultural, as redes humanas e a memória coletiva ampliam os limites da presença nacional, constituindo-se um ativo geoestratégico que permite ultrapassar a condição de Estado de dimensão exígua (Moreira, 2000b).

O EEIN-C surge apenas definido no CEDN 2003 e CEM 2014, nos seguintes termos:

O espaço euro-atlântico, compreendendo a Europa onde nos integramos, o espaço atlântico em geral e o relacionamento com os Estados Unidos da América; O relacionamento com os Estados limítrofes; O Magrebe, no quadro das relações bilaterais e do diálogo com o Mediterrâneo; O Atlântico Sul em especial e o relacionamento com o Brasil; A África lusófona e Timor-Leste; Os países em que existem fortes comunidades de emigrantes portugueses; Os países ou regiões em que Portugal tenha presença histórica e cultural, nomeadamente a Região Administrativa Especial de Macau; Países de origem das comunidades imigrantes em Portugal. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003)

Assim, é possível verificar a presença de Portugal em três grandes espaços estratégicos distintos: UE, OTAN e CPLP, conforme verificável na Figura 10 (Anexo A). No plano económico, a UE posiciona Portugal como Estado periférico, mas com acesso aos centros



de decisão; na OTAN, assume o papel de elo na segurança euro-atlântica; e na CPLP, afirma-se como referência cultural e histórica no universo lusófono (Moreira, 2000a, p. 325).

A coexistência nestes três espaços remete Portugal para uma multiplicidade de fronteiras, essencialmente descontínuas, por vezes apenas alcançáveis por meio de uma diplomacia ativa. O CEDN 2003 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003) refere, no ponto 5.2, que a determinação deste espaço decorre da “avaliação da conjuntura internacional e da definição da capacidade nacional, tendo em conta as prioridades da política externa e de defesa, os actores em presença e as diversas organizações em que nos inserimos”<sup>20</sup>. Destarte, é possível inferir que este espaço é de construção ativa, conforme os interesses conjunturais nacionais, sendo, portanto, uma variável na delimitação de fronteiras. Assim, esta espacialização confere um valor operacional, no sentido em que permite a adaptação nacional às dinâmicas geopolíticas e mantém a relevância internacional. Neste contexto, estas fronteiras de relativa constância isomórfica - pelo menos dentro do período em que vigore um CEDN - constituem-se como espaços de relevância estratégica, que permitem ao Estado desenvolver e aplicar geoestratégias. Contudo, a sua eficácia depende da existência de um fator agregador capaz de mobilizar essas geoestratégias (Lopes, 2022; Moreira, 2009). Face ao exposto, entendemos que o EEIN-C se relaciona com fronteiras estruturais culturais e fronteiras conjunturais económicas e de defesa e segurança.

#### **3.4. Síntese Conclusiva**

Em resposta à QD 1, entende-se que a evolução dos limites geográficos de Portugal refletiu a fusão do conceito clássico de fronteira física com uma lógica alicerçada em valores conjunturais subjetivos. Esta sistematização do espaço refletiu e reflete as fronteiras consagradas na Constituição da República, sobre as quais o Estado tem a opção de atuação estratégica e a obrigação do garante da soberania nacional.

A partir de 1974, a filiação ao projeto europeu e mais tarde à CPLP, consagrou a inserção de Portugal em dois grandes espaços, o que resultou num alargamento das fronteiras nacionais, por razões essencialmente políticas e culturais. Associado às declarações de interesses conjunturais noutros espaços, enformam as fronteiras de natureza conjuntural, sistematizadas no EEIN-C.

Em conclusão, os limites geográficos outrora ancorados na vasta extensão territorial portuguesa, evoluíram para um sistema de geometrias variáveis, assente em pressupostos

---

<sup>20</sup> Grafia original.



geográficos assim como simbólicos e funcionais, que servem como garante da soberania e segurança nacional, conforme se verifica na Figura 5 a dispersão dos dois espaços é global.

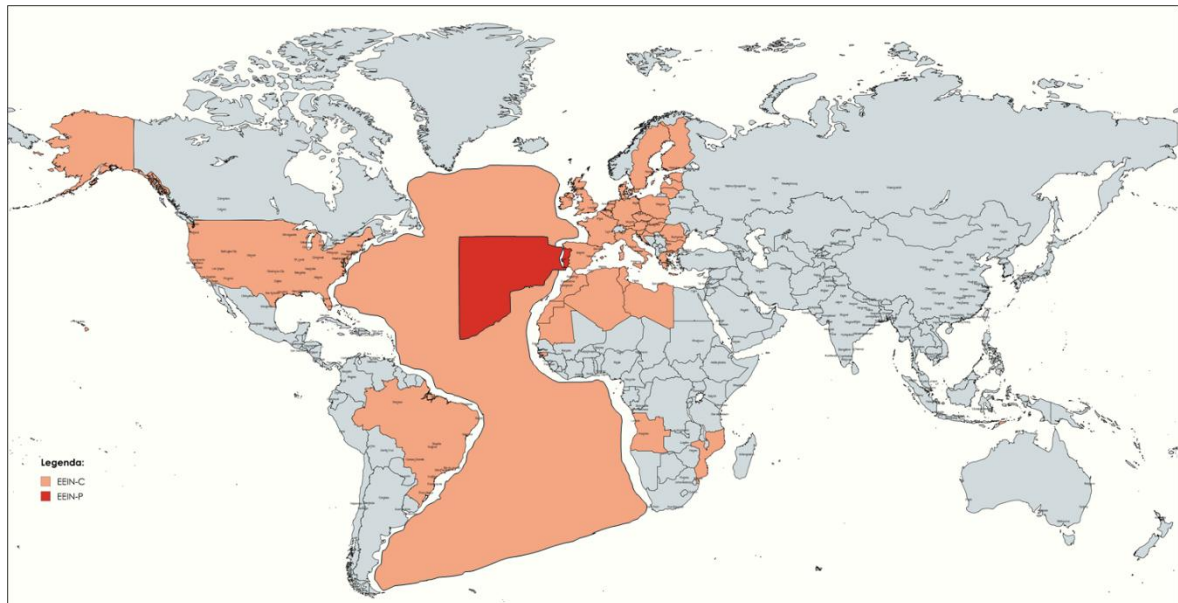


Figura 5 – Mapa EEIN-P e EEIN-C de 2003



#### 4. Evolução do posicionamento Geopolítico nacional

Neste capítulo, pretende-se analisar a evolução do posicionamento geopolítico de Portugal de 1974 a 2024. Para este efeito, foram analisadas as entrevistas semiestruturadas em conjugação com um *corpus* teórico composto por documentos políticos de médio prazo (PG), nas vertentes de Defesa Nacional e Política Externa. Efetuou-se uma análise longitudinal dividida em grandes ciclos de mudanças do panorama internacional que implicaram alterações estratégicas nacionais. Assim, o presente capítulo estrutura-se em cinco ciclos: (i) transição democrática e adesão europeia (1974-1986); (ii) integração europeia, consolidação atlântica e revitalização lusófona (1986-2001); (iii) reposicionamento pós-11 de setembro (2001-2008); (iv) resposta à crise económica (2008-2014); (v) competição estratégica global (2014-2024).

##### 4.1. 1.º Ciclo - Transição democrática e adesão europeia (1974-1986)

O período compreendido entre os eventos de 25 Abril de 1974 e a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, marca uma rutura estratégica no posicionamento geopolítico nacional. Como refere C. Gaspar (op. cit.), a autonomia estratégica de Portugal passa a depender de uma dupla aliança com a potência marítima e continental, em força da natureza biunívoca das fronteiras físicas portuguesas.

Neste ciclo, verifica-se a delimitação de fronteiras conjunturais em face do objetivo político de adesão a um novo grande espaço, a CEE<sup>21</sup>. Com a promulgação da Constituição da República, a 10 de abril de 1976, começa-se a decantar o foco na adesão ao espaço europeu. Desde logo, o Programa do I Governo Constitucional, de 3 de agosto de 1976, refere que face ao “encerramento do império” a vocação europeia é indesmentível e irrecusável<sup>22</sup>, marcando o que viria a ser o tom de praticamente todos os PG até 1985.

Todavia, como refere C. Gaspar (op. cit.), esta aproximação não era consentânea entre a classe política, sendo perceptível um receio de perda de soberania e identidade nacional. Essa preocupação é referida expressamente no Programa do II Governo Constitucional, de 3 de fevereiro de 1978, vincando-se a necessidade de preservar a soberania nacional.

Em cumprimento da necessidade de manter a dupla filiação de alianças, a manutenção da Aliança Atlântica permanece essencial. A existência de um adversário claro da OTAN, o Pacto de Varsóvia, e de a fronteira atlântica ser a mais ampla e de difícil defesa, garantir o laço transatlântico é essencial, vinculado aos Estados Unidos da América (EUA) (Programa do III Governo Constitucional, de 8 de outubro de 1978). Por conseguinte, nos PG deste

---

<sup>21</sup> Amplamente referido pelos entrevistados.

<sup>22</sup> Pedido de adesão formal à CEE em 28/03/77.



ciclo é de notar uma orientação para garantir a participação militar portuguesa no quadro da Aliança, sempre na perspectiva de garantir a segurança nacional. Apesar da filiação à CEE não estar garantida, o Programa do VI Governo Constitucional, de 12 de janeiro de 1980, prioriza a integração no espaço europeu, remetendo as relações com a Aliança Atlântica para segunda ordem.

A fronteira marítima consubstancia-se num espaço de expansão de influência, caracterizado por dois eixos de natureza distinta, o Atlântico Norte e Sul (R. Mongiardim, entrevista vídeo-teleconferência, 16 de abril de 2025). Em contraponto à relação de segurança estabelecida no Atlântico Norte, o Atlântico Sul tem um pendor histórico e cultural, característica essencial da lusofonia. Em face da recente independência dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), o tom dos PG é de restabelecer a relação de igualdade com estes países, em termos comerciais e de cooperação técnica e científica (Programa do VII Governo Constitucional, de 17 de janeiro de 1981). Apesar da relevância dos PALOP, o Brasil surge como o eixo central do espaço lusófono no Programa do I Governo e manter-se-á assim praticamente em todos os PG.

A orientação para os espaços europeu, transatlântico e lusófono que se decantam neste ciclo, serão a marca de água, em termos geopolíticos, até à atualidade, apesar de terem assumido diferentes prioridades.

#### **4.2. 2.º Ciclo - Integração europeia, consolidação atlântica e revitalização lusófona (1986-2001)**

Este ciclo foi marcado por diversos eventos com impacto internacional que alteraram o posicionamento geopolítico nacional. Contudo, é um período de estabilidade política ao nível de elencos governamentais, o que permitiu algumas constâncias nas posições tomadas, mesmo que perante um ambiente internacional em mudança.

Numa fase inicial, o foco é no exercício da Presidência do Conselho das Comunidades, no 1.º semestre de 1992. Apesar de apenas se refletir no Programa do XII Governo Constitucional, de 15 de novembro de 1991, é-lhe atribuída prioridade absoluta na política externa portuguesa, sendo durante a Presidência portuguesa que é assinado o Tratado da UE<sup>23</sup> (TUE) em Maastricht, a 7 de fevereiro de 1992.

Apesar da defesa comunitária europeia estar essencialmente assente na União da Europa Ocidental (UEO), o Programa do XIII Governo Constitucional, de 8 de novembro de 1995 denota a orientação de contribuir para a OTAN, numa lógica de complementaridade.

---

<sup>23</sup> Consagra os três pilares da UE - Comunidade Europeia, Política Externa e de Segurança Comum e cooperação nos domínios da justiça e assuntos internos.



Com a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, em 1 de maio de 1999, inicia-se o processo de transição do pilar de defesa da UEO para o seio da UE, com a incorporação das tarefas de Petersberg. Apenas com o Tratado de Nice, em 2001, viria a ser incluída no TUE a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)<sup>24</sup>, formalizando assim o pilar de defesa comunitário (União Europeia [UE], 2024). Estas alterações viriam a ter impacto no PG deste ciclo, sendo claro o reforço do pilar de defesa da UE.

Em contrapartida, face à dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), imperava a necessidade de consolidar a Aliança Atlântica. Conforme referido por M. Mongiardim e C. Gaspar (op. cit.), a dupla tipologia de fronteiras acarreta uma dupla filiação de alianças, com a potência marítima e continental. Esta necessidade verifica-se nos diversos PG deste ciclo, em particular no Programa do XIII Governo Constitucional, no apoio nacional à reformulação da OTAN com a inclusão de países a leste, através das “Parcerias para a Paz”. Este alargamento representava um maior comprometimento da OTAN na defesa do espaço europeu, o que colocava Portugal numa posição intermédia relevante para contribuir para o diálogo transatlântico.

Neste ciclo, o posicionamento no espaço lusófono é consagrado num grande espaço de fronteiras conjunturais culturais, a CPLP. A institucionalização da lusofonia abria caminho à valorização da identidade portuguesa no seio da cidadania europeia, uma intenção já manifestada no Programa do XII Governo Constitucional. Até ao final deste ciclo, Portugal procura estabelecer a posição de intermediário e de valorização da língua portuguesa na UE.

Decorrente da posição internacional estável surgem posicionamentos geopolíticos referentes a outras áreas, como o Magrebe e a Ásia. A Iniciativa 5+5, em julho de 1990, estabelece o organismo através do qual os países que partilham a fronteira conjuntural de segurança do mediterrâneo desenvolvem temas comuns. A referência ao Magrebe surge no Programa do XIII Governo como um espaço de interesse, desde então, verifica-se que surge frequentemente nos PG com importância variável, tendencialmente associada a questões securitárias.

A entrega de Macau à República Popular da China, no final do século XX, revela-se o ponto-charneira do posicionamento geopolítico português na Ásia. Até 1999, as referências nos PG resumem-se ao cumprimento da Declaração Conjunta Luso-Chinesa de 13 de abril 1987. Contudo, no Programa do XIV Governo Constitucional, discerne-se a perspetiva de

---

<sup>24</sup> Agora Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

manter a relação com o território, como forma de aproximação à República Popular da China.

#### **4.3. 3.º Ciclo - Reposicionamento pós-11 de setembro (2001-2008)**

O período pós-11 de setembro de 2001 ficou marcado pela luta contra o terrorismo como prioridade estratégica global, em particular dos Estados ocidentais. Os EUA estabelecem-se como *pivot* desta “luta” global e reforçam o seu papel de provedor da segurança internacional. Neste cenário, a OTAN surge como veículo de mobilização das nações ocidentais para a luta contra o terrorismo e Portugal, fazendo uso do seu ‘poder funcional’, procurou reposicionar-se neste novo contexto, mantendo a vocação europeia e universalista, mas reforçando a centralidade da Aliança Atlântica.

Esta prioridade marcaria este ciclo, sendo um dos poucos em que o espaço transatlântico se sobrepõe à europeu. Os PG deste ciclo salientam a importância da posição euro-atlântica e o relacionamento com os EUA. No Programa do XVII Governo Constitucional, de 18 de março de 2005, os EUA surgem em primeiro nas relações com os aliados tradicionais, o que reflete a importância do equilíbrio da relação entre aliados atlânticos e europeus, numa lógica de complementaridade e não de substituição.

Neste ciclo, destaca-se a ascensão da PESC e o reforço das missões da UE neste âmbito, numa dupla lógica de aprofundamento e aperfeiçoamento do processo de integração europeia (Programa do XVI Governo Constitucional, de 24 de julho de 2004). Ademais, segue-se o quinto e sexto alargamento da UE para leste, acrescentando 12 países aos Estados-Membros. Simultaneamente, no âmbito da lusofonia verifica-se a intensificação das relações com os PALOP em quadro bilateral e no âmbito da CPLP. Apesar de o posicionamento geopolítico ter um pendor essencialmente transatlântico, verifica-se que os sucessivos governos procuram manter uma presença multifacetada no espaço europeu e lusófono.

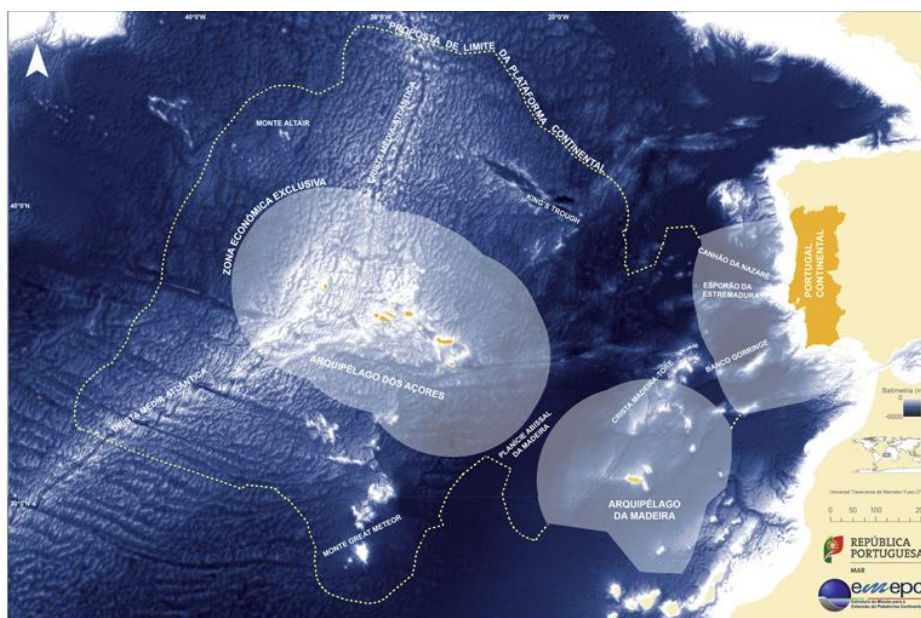
#### **4.4. 4.º Ciclo - Resposta à crise económica (2008-2014)**

A crise financeira global de 2008 marcou o sistema internacional neste ciclo ditou o reposicionamento geopolítico de Portugal no espaço europeu. Segundo V. Bento (op. cit.), foi a instabilidade financeira potenciou a subjugação nacional a entidades externas, nomeadamente ao Fundo Monetário Nacional em 2011.

Os PG deste ciclo perfilam por um posicionamento da estabilidade económica e da autonomia estratégica, reforçando a implicação no desenvolvimento da PESC, nomeadamente através da participação nas missões militares. É a partir deste ciclo que a UE firma a sua posição enquanto espaço de segurança e defesa, passando os seus limites a constituir fronteiras conjunturais de segurança.

O posicionamento transatlântico é estabilizado neste ciclo, ficando a ocupar uma posição hierárquica de segunda ordem em termos gerais, mas, considerada a aliança crucial para a segurança e defesa (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013). Neste ciclo, observa-se a intenção do XVIII e XIX Governos de reforçar o relacionamento com a OTAN, com foco nos EUA, e simultaneamente com as estruturas europeias, a fim de aumentar a segurança do espaço europeu. O espaço da lusofonia manteve a relevância do antecedente enquanto plataforma de projeção e afirmação internacional da identidade cultural portuguesa. Quanto ao posicionamento geopolítico em áreas mais inconstantes, apenas surgem referências significativas ao Magrebe, concretizando os riscos da dependência energética e pressão demográfica perante eventual cenário de conflitualidade.

O projeto da Extensão da Plataforma Continental (EPC), apresentado em 11 de maio de 2009, na Convenção das Nações Unidas do Direito do Mar, consiste num projeto que visa estender a plataforma continental (jurisdição sobre o solo e subsolo, excluindo a coluna de água) além das 200 milhas, conforme a Figura 6. Aquando da sua aprovação o território marítimo português irá corresponder a 49% do território continental da UE (Pacheco, 2013 cit. por Graça, 2014; Sousa, 2018). A EPC é gerida por uma Estrutura de Missão<sup>25</sup> e surge no Programa do XVIII Governo Constitucional, de 3 de novembro de 2009, como espaço que valoriza a dimensão atlântica nacional e centralidade euro-atlântica.



**Figura 6 – Mapa do Projeto de extensão da EPC**

Fonte: Estrutura de Missão da EPC (2017)

<sup>25</sup> Projeto apenas com respaldo nos PG a partir de 2009, contudo a Estrutura de Missão para a EPC foi criada com a Resolução de Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 17 de janeiro.



#### **4.5. 5.º Ciclo - Competição estratégica global (2014-2024)**

O período entre 2014 e 2024 foi marcado pelo aumento da competição estratégica global, com destaque para o ressurgimento de tensões com a Rússia e para o confronto económico entre os EUA e a China.

Neste cenário de competição estratégica global e de guerra no espaço europeu, verifica-se que os governos mantiveram a prioridade na ligação que garantia maior estabilidade, a europeia. Neste ciclo, o foco no espaço europeu é no desenvolvimento da capacidade de defesa da Europa, associada a uma tentativa de aumento da coesão comunitária em torno da integração europeia. Na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, a 24 de fevereiro de 2022, os PG focam a centralidade da UE no combate à agressão militar da Rússia nos planos económico, político-diplomático e de segurança e defesa.

O posicionamento da Aliança Atlântica e da lusofonia, assumido pelos Governos deste ciclo, mantém a direção anterior. No caso do espaço transatlântico, observa-se nos PG um certo distanciamento da posição outrora central deste espaço até ao Programa do XIV Governo Constitucional, de 10 de abril de 2024, onde se reforça o empenhamento na participação nas operações militares desta organização em face do cenário de conflito e denota-se uma vontade de capitalizar a dimensão atlântica, por forma posicionar Portugal na construção da paz.

Por sua vez, na fase inicial deste ciclo verifica-se um ressurgimento da lusofonia, com particular destaque no Programa do XXI Governo Constitucional, de 27 de novembro de 2015, onde a identidade nacional lusófona é colocada em segunda instância, com reflexo no posicionamento de política externa, passando a OTAN a ocupar o último lugar.

#### **4.6. Síntese Conclusiva**

Em resposta à QD2, verifica-se que o posicionamento geopolítico nacional evidencia a consolidação de três espaços geopolíticos: europeu, transatlântico e lusófono. Nestes espaços, identificam-se as dinâmicas de poder, respetivamente, na adesão à CEE, o reforço da relação transatlântica através da OTAN e a criação da CPLP. A partir da década de 1990, outras áreas foram ganhando relevância: a valorização de Macau e da Ásia como espaços de projeção, o Magrebe como espaço de colaboração para redução da vulnerabilidade energética e a EPC como instrumento de afirmação marítima. Verifica-se igualmente que a existência de instituições é crucial para garantir a efetividade nos espaços definidos.



## 5. Ambiente estratégico nacional

No presente capítulo, pretende-se analisar a evolução do ambiente estratégico no espaço delimitado no capítulo anterior, nas vertentes permanente e conjuntural. A formulação e consecução de estratégias adequadas têm por base um processo estratégico que, independentemente da opção do formato, se inicia tendencialmente com uma análise do ambiente interno (potencialidades e vulnerabilidades) e externo (oportunidades e ameaças) onde determinado Estado se insere (Ribeiro, 2010, p. 128). Posteriormente, essa análise irá enformar as estratégias que aproveitem/diminuam as variáveis identificadas. Contudo, independentemente nível do estudo ou do planeamento estratégico, é uma impossibilidade real contrariar as ameaças estatais<sup>26</sup> atuais, sendo, portanto necessário assumir riscos e estabelecer prioridades (Borges, 2016, p. 32).

Considerando o raciocínio indutivo adotado na nossa investigação, torna-se relevante compreender de que forma o ambiente estratégico evoluiu, tendo em conta a perceção dos líderes políticos do momento. Para tal, recorreu-se aos principais documentos estratégicos nacionais de nível integral e geral (CEM e CEDN) e os documentos estratégicos estruturantes da OTAN e UE, conjugado com as entrevistas semiestruturadas.

### 5.1. Ambiente interno

O ambiente interno de um país encontra-se dotado de potencialidades e vulnerabilidades, que devem ser identificadas e compreendidas de modo a desenvolverem competências críticas para a criação de valor (Ribeiro & Pinto, 2022, p. 13). Concomitantemente com o exposto no capítulo 3.2, decorre que o condicionamento geográfico e o ambiente interno se mantiveram iguais na sua essência, desde 1974, verificando-se que são interdependentes. Desta forma, as potencialidades e vulnerabilidades advêm, em grande medida, do condicionamento geográfico que, simultaneamente, influencia a definição de fronteiras estruturais, como, por exemplo, o projeto da EPC. Da análise efetuada, é possível distinguir variáveis tangíveis e intangíveis.

No caso das potencialidades, distinguem-se as seguintes:

- Tangíveis:
  - A posição geoestratégica nacional, a centralidade do espaço euro-atlântico que confere uma nítida vantagem para um posicionamento privilegiado na relação euro-atlântica.
- Intangíveis:

---

<sup>26</sup> Vide Apêndice A.



- A história, que enforma o contexto e permite a definição de um povo com ideais e atitudes próprias;
- A identidade nacional, que garante a coesão perante a ameaça e inclui a diáspora;
- A cultura e o espaço linguístico, como espaço disperso, pelo que potencia o acesso a áreas estratégicas.

No caso das vulnerabilidades:

– Tangíveis:

- Dependência externa, em termos alimentares e energéticos. Particularmente grave em termos energéticos, uma vez que a dependência externa energética era de 74,2% em 2021, sendo a Nigéria<sup>27</sup> um dos principais fornecedores (Observatório da Energia, 2021);
- Descontinuidade territorial, a natureza arquipelágica e grande extensão marítima do país exigem a presença e, se necessário, a defesa deste espaço para garantir a liberdade de navegação;
- Proximidade de regiões com tendências fragmentárias ou forte instabilidade política;
- Envelhecimento da população.

– Intangíveis:

- Fragilidade económica, que dificulta a recuperação aquando de desequilíbrios financeiros internacionais, podendo originar intervenções externas.

## 5.2. Ambiente externo

A inserção geoestratégica de um país, assim como o seu posicionamento no sistema internacional, definem as suas interações e influenciam a sua atuação a longo, médio e curto prazo. Nesse sentido, cumpre analisar as variáveis do ambiente externo que não são controladas pelo Estado, de modo a identificar os problemas a superar (ameaças) e as eventualidades a explorar (oportunidades) (Ribeiro & Pinto, 2022).

### 5.2.1. Oportunidades

No que concerne às oportunidades, estas encontram-se presentes nas OI a que Portugal pertence e são exponenciadas pelos espaços em que nos inserimos. Assim, entende-se que as oportunidades têm evoluído e aumentado conforme a adesão às OI. Nesse sentido, identificam-se as seguintes oportunidades:

---

<sup>27</sup> Importações: 17,1% do petróleo em bruto e 54,4% de gás natural (Observatório da Energia, 2021).



- Valorização da Diáspora, a presença global de uma comunidade ligada por uma identidade nacional, garante uma vasta rede de influência;
- Presença na OTAN, permite garantir a integridade territorial e expandir o grau de segurança nacional, em particular na dimensão marítima;
- Presença na UE, é um fator de estabilidade que possibilita o desenvolvimento nacional, com especial incidência económica, social, política e de defesa regional;
- A presença na CPLP, enquanto vetor central da lusofonia, característica que distingue Portugal no seio das outras organizações a que pertence;
- Ligação ao Magrebe através da Iniciativa 5+5, viabiliza a contribuição para a implementação de soluções que aumentem a estabilidade regional;
- Exploração dos recursos marítimos, existentes na nossa dimensão marítima e exponenciados pelo projeto da EPC.

#### 5.2.2. Ameaças

No que concerne as ameaças, verifica-se que a situação é díspar, 57% dos entrevistados referem que as ameaças são partilhadas com as organizações/espacos em que estamos inseridos, ao contrário das vulnerabilidades, que são próprias, vide Apêndice C. Sob este ponto de vista, é reforçado o ponto referido anteriormente da necessidade de garantir a defesa dos grandes espacos nas fronteiras conjunturais delimitadas.

Nesse sentido, ao contrário do ambiente interno, o ambiente externo em que Portugal se insere adapta-se à realidade internacional da época, dependendo das OI a que pertence. Assim, torna-se necessário avaliar os documentos estratégicos estruturantes nacionais e das OI.

As ameaças à segurança nacional têm evoluído significativamente nas últimas décadas, como refletem os conceitos estratégicos da OTAN (1949, 1991, 1999, 2010 e 2022), da UE (2003, 2016 e 2022) e de Portugal (CEDN 1985, 1994, 2003 e 2013). A agressão externa em larga escala, desvalorizada após a Guerra Fria, foi reintroduzida na sequência da invasão da Ucrânia, tendo a Estratégia da OTAN (2022) e a Bússola Estratégica da UE (2022) vincado nos seus documentos a necessidade de defesa coletiva,

Com os ataques de 11 de setembro 2001, a guerra ao terrorismo transnacional tornou-se global, sendo destacado na Estratégia de Segurança da UE (2003), na Estratégia da OTAN (2010) e no CEDN 2013 como ameaça prioritária.

A proliferação de armas de destruição massiva, é uma ameaça que tem sido constante nas estratégias da NATO e da UE. Portugal acompanha esta preocupação desde o CEDN 2003, realçando a necessidade de regimes internacionais de controlo.

O uso de armas químicas, biológicas e radiológicas, surge como ameaça mais vincada apenas a partir dos anos 90, o seu uso na Síria e casos de envenenamento, sendo referenciado pela OTAN (2010, 2022) e pelo CEDN 2013.

Por sua vez, as ameaças híbridas surgem com destaque após 2014, na sequência da invasão da Crimeia, passando a assumir uma relevância central nos documentos da OTAN (2022) e a UE (2022). No CEDN 2013 é reconhecido o desafio no contexto do ambiente multidimensional de segurança.

A pirataria mantém-se como risco à segurança marítima e energética, especialmente em regiões instáveis, sendo apenas referido nas estratégias da UE e de Portugal desde 2003.

A criminalidade organizada e a cibercriminalidade, inicialmente tratadas como ameaças internas, ganham dimensão estratégica na UE (2016) e no CEDN 2013, sendo hoje reconhecidas como ameaças transversais da insegurança global.

Face ao exposto na Figura 7 é possível verificar que as ameaças identificadas são tendencialmente persistentes - a partir do momento em que surgem tendem a ser refletidas nos ciclos seguintes. Com a exceção da agressão em larga escala, que pode facilmente entender-se como estando relacionada com a existência de um inimigo, que apesar de nem sempre declarado, era latente, a URSS.

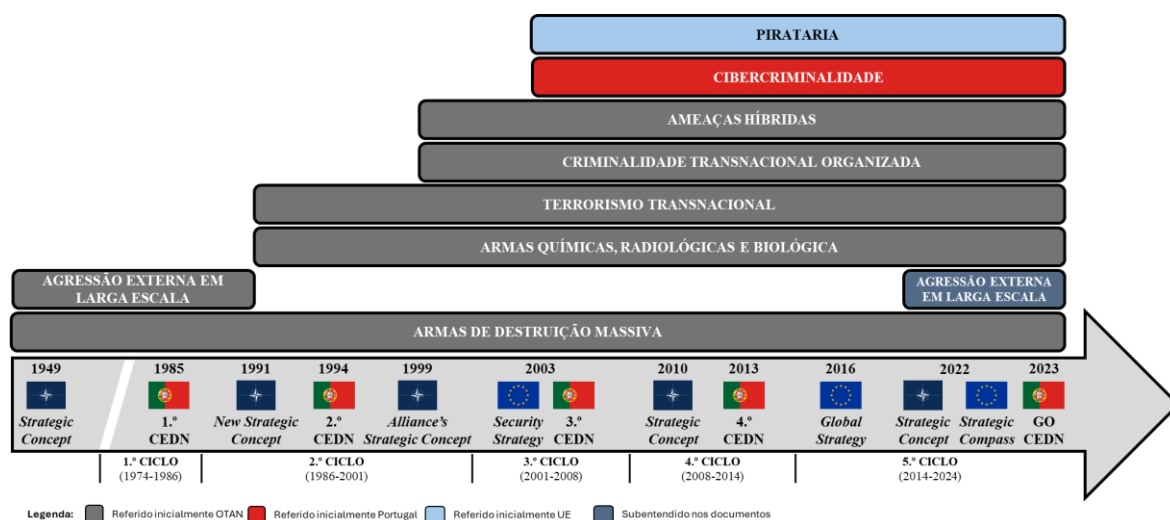


Figura 7 – Evolução das ameaças desde 1974



### **5.3. Síntese Conclusiva**

Com vista à resposta à QD3, conclui-se que a evolução do ambiente estratégico se tem processado a dois ritmos. No ambiente interno, conclui-se que as potencialidades e vulnerabilidades se têm mantido constantes, largamente porque derivam do condicionamento geográfico que, por sua vez, também é constante desde 1974. No caso do ambiente externo, conclui-se que a sua evolução se encontra essencialmente relacionada com as OI onde Portugal está inserido.

Desta forma, verifica-se que a potencialidade tangível da posição geoestratégica tem vindo a ser capitalizada, para exponenciar a relevância nacional nos espaços europeu, transatlântico e lusófono. A inscrição nestes espaços diversifica as ameaças, mas simultaneamente ampliam as oportunidades e mitigam vulnerabilidades estruturais. Por sua vez, a presença nos espaços de menor expressão garante a flexibilidade de atuação estratégica.



## **6. Constantes e linhas de força do posicionamento geoestratégico nacional**

O presente capítulo tem como objetivo identificar e sistematizar as opções geoestratégicas nacionais nos diferentes espaços geopolíticos, conforme conceptualizados no Capítulo 4, sendo o nexo-causalidade dessas opções extraído do ambiente definido no Capítulo 5. Desde 1974, que o posicionamento geoestratégico nacional é marcado por opções sobre as quais, apesar de contextos diversos, é possível delinear padrões de continuidade e emergência. Para tal, realizou-se uma análise longitudinal dos documentos estratégicos de nível integral e geral da Defesa Nacional (CEDN e CEM), em conjugação com as entrevistas semiestruturadas, tendo sido possível identificar: (i) constantes, entendidas como vetores estratégicos persistentes mesmo perante diferentes contextos; (ii) e linhas de força, percebidas como posições emergentes que, embora menos estáveis, configuram tendências relevantes.

No nosso entendimento, a conceptualização do EEIN no CEDN 1994 contribuiu para reforçar a centralidade da posição geoestratégica portuguesa no quadro de segurança euro-atlântico, uma vez que projetava Portugal para uma condição geoestratégica central, ao invés da condição periférica no âmbito da UE.

No rescaldo de uma situação global de combate ao terrorismo, o CEDN 2003 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003) assume uma natureza holística da estratégia do Estado na vertente de Defesa Nacional, referindo a necessidade de coordenação entre as políticas setoriais. Sendo, neste documento que são introduzidas as duas dimensões do EEIN, o que nos leva a inferir que se pretendia que esta delimitação surtisse efeito em todas as políticas sectoriais. Ademais, o CEM 2014 (Despacho do Conselho Superior de Defesa Nacional, de 30 de julho de 2014) estabelece um conceito de atuação, onde são definidos cenários de atuação no EEIN-C e EEIN-P, respetivamente Cenário 1 - Segurança e defesa do território nacional e dos cidadãos e Cenário 3 - Exercício da soberania, jurisdição e responsabilidades nacionais.

### **6.1. Constantes do posicionamento estratégico**

As constantes identificadas assentam em três grandes espaços que estruturaram a projeção externa de Portugal: o europeu, o transatlântico, e a lusofonia. A sua persistência, expressa nos CEDN, nos Programas de Governo e corroborada nas entrevistas realizadas, constitui um núcleo duro no posicionamento geoestratégico nacional. É importante salientar que, em termos de hierarquia, se observa uma predominância do vetor europeu, seguida do transatlântico e lusófono.



Importa evidenciar que as referidas opções atuam em complementaridade, procurando cumprir objetivos convergentes. Se bem que cada opção seja díspar, verifica-se que os sucessivos Governos procuram potenciar a natureza de cada uma destas opções - comunitária (europeia), segurança coletiva (transatlântica) e cultural (lusofonia) - por forma a cumprir os fins teleológicos do Estado. Esta abordagem ternária permitiu atenuar vulnerabilidades estruturais e maximizar as potencialidades do território nacional, assegurando relevância internacional.

#### 6.1.1. Europeia

A partir da década de 1980, a integração europeia firma-se como o vetor prioritário da política portuguesa, tendo sido remetida para segunda ordem apenas em alguns momentos concretos. Contudo, verifica-se que somente no CEDN 1994 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/94, de 4 de fevereiro) é introduzida a ideia de uma identidade europeia de segurança e defesa, através da UEO, num quadro de complementaridade com a OTAN. A opção geoestratégica de foco na OI responsável pela segurança cooperativa é igualmente refletida no ponto 7.3 do CEDN 2003 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003), com a indicação clara de participação na PESD, nas missões de Petersberg, como forma de protagonismo mais efetivo na resolução de conflitos ou de crises que lhe digam respeito.

Por sua vez, no CEDN 2013 é formalizada a prioridade para o espaço europeu, sendo definidas Linhas de Ação (LA) concretas para a projeção de poder militar neste espaço, através da: LA 1.1-Participação nas missões PCSD, com vista a defender posição internacional de Portugal; LA 1.2-Consolidar as relações externas de defesa; LA 1.4.3-Afirmar Portugal como coprodutor de segurança internacional; e LA 2.2-Diminuir a dependência energética de Portugal do exterior O CEM 2014, enquanto estratégia geral, remete o uso do poder militar no vetor europeu, no cenário C2-Defesa Coletiva (Defesa do território das nações aliadas) e no cenário C4-Segurança Cooperativa (Participar com Forças Nacionais Destacadas em operações de resposta a crises, humanitárias e outras missões em tempo de paz).

A opção europeia tem permitido mitigar a fragilidade económica e a dependência externa, contribuir para a segurança de regiões próximas com tendências fragmentárias, assim como confrontar de forma mais estruturada algumas das ameaças à segurança global e regional.

#### 6.1.2. Transatlântica

De forma complementar à opção europeia, o vetor transatlântico configura uma constante, assumindo particular relevo na vertente de segurança e defesa. A partir do CEDN



1985 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/85, de 20 de fevereiro) que a ligação transatlântica se estabelece como pilar estruturante da política de Defesa Nacional, assente na OTAN, complementada por relações bilaterais com os EUA.

No CEDN 2003 esta prioridade é reforçada, afirmando que a OTAN é a opção que garante a melhor opção da defesa de Portugal e a valorização do posicionamento estratégico. Denota-se no documento, a associação entre a pertença à OTAN e ao desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas. O CEDN 2013, assim como para o vetor europeu, remete, igualmente, o uso do poder militar nas LA 1.1, LA 1.2 e LA 1.4.3, sempre tendo em consideração a aliança com os EUA. O CEM 2014, remete o uso do poder militar no vetor transatlântico, igualmente, no cenário C2 e cenário C4.

Este vetor em particular, reflete a relevância da centralidade geoestratégica do TN no espaço euro-atlântico, tendo sido sempre considerada essencial para garantir a soberania e a defesa nacional. Verifica-se que esta opção está em linha com a necessidade histórica de manter uma aliança com a potência marítima, a fim de reduzir a vulnerabilidade da descontinuidade do território e manter a relevância nacional no quadro das relações euro-atlânticas.

### 6.1.3. Lusófona

A valorização do espaço lusófono surge como expressão da continuidade histórica e cultural de Portugal. O CEDN 1985 já promovia a cooperação com estes Estados como forma de reforçar a influência externa de Portugal, através da intensificação da cooperação através dos instrumentos de poder, económica, científica, cultural, diplomática e militar. No CEDN 1994, apenas é reiterada a promoção da cooperação com países lusófonos por forma a reforçar laços culturais e históricos, sem aprofundar, nem concretizar a forma de cooperação. Por sua vez, CEDN 2003, observa-se que a CPLP trouxe algum dinamismo, servindo como integradora da lusofonia, servindo de base para reforçar a cooperação de defesa, valorizar a língua portuguesa junto da Organização das Nações Unidas e intensificar as relações com os Estados lusófonos. No CEDN 2013, o Atlântico surge como como espaço que interliga a lusofonia, sendo sublinhada a sua unidade estratégica, remetendo, assim como as anteriores para a autuação do poder militar nas LA 1.1, LA 1.2 e LA 1.4.3. Já o CEM 2014 remete a CPLP para aplicação no cenário C4 e C6-Cooperação e Assistência Militar.

Esta constante tem sido reforçada como vetor identitário e instrumento de influência. Esta opção permite exponenciar potencialidades nacionais intangíveis e tornar-se o veículo para explorar a oportunidade de valorização da diáspora.



## **6.2. Linhas de Força do posicionamento geoestratégico nacional**

As linhas de força identificadas, como o interesse crescente pelo Magrebe, a valorização da vertente asiática ou o reforço do mar enquanto eixo estruturante, exemplificam tendências que, embora não constantes, se tornaram recorrentes.

### **6.2.1. Marítima**

Apesar de a dimensão marítima ser referida em diversos documentos, entendemos que esta apenas emerge como linha de força a partir da Estratégia Nacional para o Mar (Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2006, de 12 de dezembro), pois somente com este documento se aplicam meios e estruturas<sup>28</sup> para exponenciar esta dimensão.

A EPC é reconhecida no CEDN 2013 como fator que renova a centralidade geoestratégica do país, dedicando a esta dimensão a LA 3.1-Investir nos recursos marítimos. De acordo com 71% dos entrevistados a EPC tem considerável relevância estratégica, contudo, 86% assumem que, neste momento Portugal não tem a capacidade de explorar todo o potencial da EPC, assim como garantir a sua defesa. A valorização da plataforma continental alargada, apesar de subaproveitada, reflete a intenção de potenciar o mar como eixo de soberania e influência.

### **6.2.2. Magrebe e Ásia**

As restantes linhas de força, o Magrebe e a Ásia, surgem com expressão irregular. O Magrebe, integrado na Iniciativa 5+5, tem sido regularmente reconhecido como fronteira conjuntural de segurança, em particular por questões relacionadas com a segurança energética. No CEDN de 2003 passa a integrar o EEIN-C, contudo apenas no CEDN 2013 é integrado na ação estratégica, em particular na LA 1.1 e 1.2, ambas na vertente de investir na segurança regional através da Iniciativa 5+5 e outros fóruns multilaterais. O Magrebe surge, assim, como espaço de defesa preventiva.

Por sua vez, a Ásia, com destaque para Macau, constitui um eixo residual, mas simbólico que reflete o património histórico de Portugal. Esta linha mantém-se sobretudo diplomática, sem expressão significativa nos documentos estratégicos. Desta forma, representa uma linha de força em estado latente, mas ainda sem consolidação enquanto eixo operacional da estratégia nacional.

## **6.3. Síntese conclusiva**

Desta forma, em resposta à QC, conclui-se da leitura geoestratégica do posicionamento nacional desde 1974, que existem três vetores constantes, Europeu, Transatlântico e

---

<sup>28</sup> Nomeadamente a Direção-Geral de Política do Mar, instituída com o Decreto Regulamentar n.º 17/2012, de 31 de janeiro.

Lusofonia, a que acrescem três linhas de força como a Marítima, o Magrebe e Ásia. Destas duas realidades, subentende-se que as constantes acabam por constituir o núcleo da ação externa portuguesa e de Defesa Nacional, e as linhas de força refletem a capacidade adaptativa nacional. Na Figura 8, encontram-se esquematizadas as constantes e linhas de força do posicionamento geoestratégico nacional.

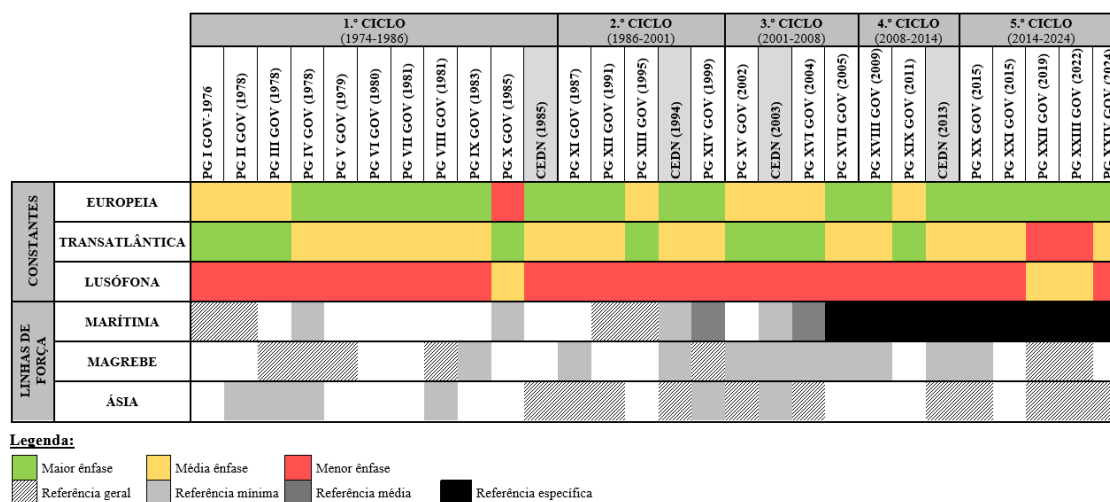


Figura 8 – Esquema das constantes e linhas de força do posicionamento geoestratégico nacional

O posicionamento geoestratégico nos vetores constantes, consubstancia-se na estruturação de ação estratégica, através da gestão e utilização dos recursos e capacidades dos instrumentos de poder nesses espaços, em particular do instrumento militar. Conclui-se, que estes posicionamentos tornam-se constantes pela relevância que assumem, com o fim de prosseguir objetivos políticos que visam colmatar vulnerabilidades nacionais (ex.: descontinuidade territorial e dependência de recursos), através do aproveitamento das suas potencialidades. Observa-se igualmente que o sucesso de aplicação de instrumentos de poder reside no facto de existirem OI, que enquadram a aplicação destes instrumentos, mas mais importante institucionalizam as fronteiras partilhadas, comprometendo os seus Estados-Membros, aliados e parceiros na defesa das ameaças comuns a que estão sujeitos.

Pelo exposto, e *a contrari* das constantes, o posicionamento geoestratégico das linhas de força revela inconstância na sua aplicação por falta de estrutura ou instituição que enquadre as mesmas, apesar de, ainda assim, se verificar a aplicação de instrumentos de poder nesses espaços. A conclusão obtida torna-se robustecida, quando verificamos que, apenas quando são criados mecanismos para capitalizar a dimensão marítima – i.e. Estrutura de Missão para a EPC e Direção-Geral para Política do Mar - é que esta se assume como linha de força, que, no nosso entendimento, em breve se tornará constante.



## 7. Conclusões

O posicionamento geoestratégico nacional de Portugal, desde 1974, é marcado por um processo de redefinição estratégica, motivado pela transição de um Estado pluricontinental para um Estado de fronteira reduzida. Esta reconfiguração exigiu um posicionamento que conciliasse a história e cultura com a inserção geográfica e, de suma importância, se alinhasse com a inserção no espaço internacional. Neste contexto, o processo da emergência de uma entidade ontologicamente renovada considera-se relevante, em particular sob o escopo de uma lente geoestratégica. Neste sentido, a presente investigação delimitou o objeto de estudo no posicionamento geoestratégico português na vertente Segurança e Defesa Nacional, de 1974 até 2024, tendo como pano de fundo o EEIN, por forma a alcançar o OG de esquematizar as constantes e linhas de força do referido posicionamento. A fim de estruturar o cumprimento do OG, este foi decomposto em três OE, e com o propósito de alcançar estes objetivos, formulou-se uma QC, igualmente decomposta em três QD.

Por forma a cumprir o propósito da investigação, a metodologia adotada seguiu um raciocínio indutivo, consubstanciado numa estratégia qualitativa, tendo como desenho de pesquisa o estudo de caso simples do posicionamento geoestratégico, num horizonte temporal longitudinal. Por conseguinte, a análise de dados focou-se na análise de conteúdo temática de documentos estruturantes estratégicos e políticos de médio e longo prazo (CEDN, CEM e PG), bem como de entrevistas semiestruturadas a entidades diretamente envolvidas na formulação desses documentos.

No percurso de se alcançar os três OE, foi possível responder às respetivas QC, cuja articulação progressiva permitiu, por sua vez, responder à QC. Em resposta à QD1, extraiu-se que a delimitação das fronteiras nacionais evoluiu numa lógica sustentada não apenas na geografia, mas também em valores e interesses conjunturais, resultando em fronteiras geográficas clássicas, assim como estruturais e conjunturais, que garantem a Portugal um espaço de geometria variável. Esta distinção resultou na conceptualização do EEIN-P e EEIN-C, cujos contornos se encontram sistematizados no CEM 2014.

Dos resultados da resposta à QD2, concluiu-se que o posicionamento geopolítico nacional assenta, de forma consistente, em três espaços estratégicos — europeu, transatlântico e lusófono. Estas opções estruturam a atuação do Estado em matéria de segurança e defesa, tendo revelado uma continuidade, mesmo perante alterações à conjuntura internacional. A estas, acrescem três áreas de menor expressão: a vertente marítima, o Magrebe e a Ásia, cuja efetividade varia em função da existência ou ausência de instituições enquadrantes.



Quanto à QD3, foi possível esclarecer que o ambiente estratégico interno se tem mantido em larga medida o mesmo desde 1974. Por sua vez, verifica-se a evolução do ambiente externo, com oportunidades ampliadas e ameaças diversificadas pela inserção em OI, que simultaneamente mitiga vulnerabilidades estruturais. As inserções nos espaços de menor expressão garantem a flexibilidade de atuação estratégica.

Por fim, em resposta à QC, conclui-se que o posicionamento geoestratégico nacional assenta num conjunto estável de vetores, complementado por linhas de atuação menos consistentes. As constantes identificadas - europeia, transatlântica e lusófona - constituem o núcleo da política externa portuguesa e de Defesa Nacional, sendo espaços onde, através da estruturação de ação estratégica, se prosseguem objetivos políticos que visam colmatar vulnerabilidades nacionais exponenciando as suas potencialidades. As linhas de força - Marítima, Magrebe e Ásia - revelam-se como vetores que garantem flexibilidade da atuação estratégica.

O contributo principal desta investigação consiste na sistematização do espaço estratégico nacional com base nas categorias de constantes e linhas de força, possibilitando uma leitura coerente e longitudinal da evolução geoestratégica portuguesa. Tendo como pano de fundo o EEIN-P e EEIN-C, aplicar esta grelha de leitura à análise de documentos estratégicos permite discernir uma sistematização longitudinal coerente da estratégia nacional no domínio geográfico, ultrapassando leituras sectoriais ou de foco temporal desadequado. Ademais, entendemos que esta abordagem é passível de ser replicada em estudos futuros.

A clarificação do posicionamento geoestratégico no plano temporal analisado permite discernir os posicionamentos políticos à época e, analisando os seus resultados, compreender quais os que melhor se adaptam à nossa inserção geográfica e nos grandes espaços. Consequentemente, entendemos que esta análise poderá colmatar lacunas existentes na literatura e oferecer uma ferramenta útil para a formulação de políticas públicas no domínio da Defesa Nacional, em termos de projeção no espaço.

Ao aplicar esta grelha de leitura à análise de documentos estratégicos e ao cruzamento com testemunhos qualificados, o estudo oferece uma interpretação longitudinal e coerente da estratégia nacional, indo além das leituras episódicas ou setoriais frequentemente adotadas. Esta abordagem permite colmatar uma lacuna na literatura sobre geoestratégia portuguesa, fornecendo um modelo analítico passível de ser replicado em estudos comparativos.



Não obstante dos contributos identificados, a investigação apresenta limitações que devem ser reconhecidas. Numa primeira linha, verifica-se que a delimitação ao espaço português, não permitem estudos comparativos com países com características semelhantes, que contribuiria para avaliar a eficácia das constantes e linhas força enquanto modelo de análise. Em segundo lugar, a amostra de entrevistados foi limitada em dois aspetos: (i) reduzida amplitude da especialidade das entidades, acresce a possibilidade de enviesamento; (ii) ausência de entidades participantes na formulação de documentos políticos, o que limitou a compreensão holística de ambas dimensões.

No que concerne a estudos futuros, sugere-se o estudo prospetivo do posicionamento geoestratégico nacional face às atuais alterações estruturais da conjuntura internacional, que permitirá antecipar desafios estratégicos e assim ajustar o posicionamento. Para tal, sugere-se que sejam considerados diversos cenários de possível reconfiguração das constantes e linhas de força, em face alterações do sistema internacional: (i) eventuais reorientações estratégicas de parcerias estruturantes, como os EUA; (ii) instabilidade regional; (iii) desafios energéticos; (iv) fragmentação geoeconómica dos principais blocos.

Em termos práticos, entendemos que seria prudente incluir a clarificação das constantes e linhas de força, nomeadamente através do EEIN-P e EEIN-C, em documentos estruturantes da Estratégia Integral - CEDN - no sentido que clarifica o posicionamento geoestratégico e orienta a ação para as Estratégias subsequentes.



## Referências Bibliográficas

- Afonso, C. F. (2024). Reflexões Sobre o contributo da História para a Estratégia. Em L. F. M. Barroso, A. P. Duarte, & P. Ferreira (Eds.), *Entender a Guerra Hoje: Estratégia, Guerra e Política* (pp. 43–58). Lisboa: Guerra e Paz.
- Almeida, P. F. A. V. de. (1990). *Do poder do pequeno estado: enquadramento geopolítico da hierarquia das potências* (2.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Alves, J. L. (1987). *Geopolítica e Geoestratégia de Portugal. Considerações sobre os elementos históricos e actuais*. Lisboa: Gráfica Europam.
- Anderson, J., & O'Dowd, L. (1999). Borders, Border Regions and Territoriality: Contradictory Meanings, Changing Significance. *Regional Studies*, 33(7), 593–604. doi: 10.1080/00343409950078648
- Arnillas, C. D. I., Schäffer, A. A., & Mantilla, Y. T. (2013). *Apuntes de Estrategia Operacional*. Callao: Escuela Superior de Guerra Naval. Retirado de <https://repositorio.esup.edu.pe/handle/20.500.12927/157>
- Ayson, R. (2008). Strategic Studies. Em *The Oxford Handbooks of Political Science. The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press.
- Beaufre, A. (1963). *Introduction à la Stratégie*. Paris: Libraire Amand Colin. Retirado de <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb32916258q>
- Borges, J. V. (2016). Ameaças e Risco Transnacionais. Perspectivas Institucionais. Em J. V. Borges & T. F. Rodrigues (Eds.), *Ameaças E Riscos Transnacionais No Novo Mundo Global* (pp. 29–51). Porto: Fronteira do Caos.
- Borges, J. V. (2024, novembro). *Geopolítica e Geoestratégia Nacionais: Portugal e o seu Espaço Estratégico*. Palestra no âmbito da Unidade Curricular de Geopolítica do Curso de Estado-Maior Conjunto apresentado no Instituto Universitário Militar, Lisboa.
- Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4.<sup>a</sup> Ed.). Oxford; Nova Iorque: Oxford University Press.
- Caetano, M. (2003). *Manual De Ciência Política e Direito Constitucional - Tomo I* (6.<sup>a</sup> Ed.). Coimbra: Almedina.
- Cardoso, L. (1981). Defesa Nacional - Segurança Nacional. *Nação e Defesa, Ano VI*(17). Retirado de <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/3522>
- Carvalho, V. de. (1986). *Estratégia Global e Subsídios para uma Grande Estratégia Nacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.



- Célérier, P. (1969). *Géopolitique et Géostratégie* (13.<sup>a</sup> Ed.). Paris: Presses Universitaires de France.
- Correia, P. de P. (2002). Análise Geoestratégica de Portugal. *Nação e Defesa*, (101), 79–98.
- Correia, P. de P. (2012). Geopolítica e Geoestratégia. *Nação e Defesa*, (131), 229–246.
- Coutau-Bégarie, H. (2006). *Tratado de Estratégia* (5.<sup>a</sup> Ed.; J. A. do C. Hildebrandt, L. F. R. Filho, E. E. C. de Almeida, H. C. da Silveira, A. Duek, & B. B. de A. Manso, Trans.). Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval.
- Couto, A. C. (2020). *Elementos de Estratégia - apontamentos para um curso. Volume 1* (2.<sup>a</sup> Ed.). Alfragide: Leya.
- Creswell, J. W. (2013). *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens* (3.<sup>a</sup> Ed.). São Paulo: Penso Editora Ltda.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2018). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (5.<sup>a</sup> Ed.). Los Angeles: SAGE.
- Cunha, T. de P. e. (2004). A Importância Estratégica do Mar para Portugal. *Nação e Defesa*, (108-2.<sup>a</sup> Série), 41–52.
- Decreto n.º 22:241, de 22 de fevereiro (1933). *Constituição Política da República Portuguesa*. Diário do Governo, Série I, 43, 228–236. Lisboa: Presidência do Ministério.
- Decreto de Aprovação da Constituição, de 10 de abril (1976). *Constituição da República Portuguesa - Sétima Revisão Constitucional, de acordo com Lei Constitucional n.º 1/2005, de 17 de agosto*. Diário da República, 86, 738–775. Lisboa: Presidência da República.
- Decreto Regulamentar n.º 17/2012, de 31 de janeiro (2012). *Cria a Direção-Geral de Política do Mar*. Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série, 22, 541–543. Lisboa: Primeiro-Ministro.
- Despacho do Conselho Superior de Defesa Nacional, de 30 de julho (2014). *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: Ministro da Defesa Nacional.
- Despacho do Ministro da Defesa Nacional, de 22 de julho (2014). *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Estrutura de Missão para a EPC. (2017, março). Projeto Extensão Da Plataforma Continental. Retirado de <https://www.emepc.pt/projeto-pepc>
- Fernandes, A. H. (2021). O que os estudos estratégicos são ou não: a propósito de um manifesto de Isabelle Duyvesteyn e James Worrall. *JANUS NET E-Journal of International Relation*, 1(12), 1–13. doi: 10.26619/1647-7251.12.1.9



- Fernandes, A. H., & Duarte, A. P. (2003). *Portugal e o Equilíbrio Peninsular*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Fernandes, M. (2014). Geopolítica do Atlântico: a actualidade do Triângulo Estratégico Português. Em P. B. Graça & T. Martins (Eds.), *O Mar no Futuro de Portugal: Ciência e Visão Estratégica* (pp. 123–137). Lisboa: Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico.
- Freedman, L. (2013). *Strategy: a history*. Oxford; Nova Iorque: Oxford University Press.
- Freedman, L. (2014). Strategic studies and the problem of power. Em T. G. Mahnken & J. A. Maiolo (Eds.), *Strategic studies: a reader* (2.<sup>a</sup> Ed., pp. 9–21). Abingdon, Oxon ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Freixo, M. J. V. (2013). *Metodologia Científica. Fundamentos, Métodos e Técnicas* (4.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa, Portugal: Instituto Piaget.
- Graça, P. B. (2014). A extensão da plataforma continental portuguesa: implicações estratégicas para a tomada de decisão. Em P. B. Graça & T. Martins (Eds.), *O Mar no Futuro de Portugal: Ciência e Visão Estratégica* (pp. 301–310). Lisboa: Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico.
- Gray, C. S. (1999). Inescapable geography. *Journal of Strategic Studies*, 22(2–3), 161–177. doi: 10.1080/01402399908437759
- Hill, C. (2003). *The changing politics of foreign policy*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Lamont, M., & Molnár, V. (2002). The Study of Boundaries in the Social Sciences. *Annual Review Of Sociology*, 28(1), 167–195. doi: 10.1146/annurev.soc.28.110601.141107
- Lara, A. de S. (2021). *Ciência Política. Estudo da Ordem e da Subversão* (10.<sup>a</sup> Ed.). Coleção Manuais Pedagógicos. Lisboa: ISCSP.
- Leal, J. L. R. (2007). Análise Geopolítica e Geoestratégica de Portugal. Factores Físico, Humano e Circulação. *Revista Militar*, (2463), 825–875.
- Lei n.º 7/74, de 27 de julho (1974). *Esclarece o alcance do n.º 8 do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesa*. Diário do Governo, Série I, 174, 854-(1) a 854-(1). Lisboa: Conselho de Estado.
- Lopes, M. da G. (2022). *Geopolítica e (in)segurança. Reflexões sobre uma nova visão da fronteira nacional* (Dissertação para a obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Macedo, J. B. de. (1976). Constantes e Linhas de Força da História Diplomática Portuguesa: Estudo de Geopolítica (I). *Nação e Defesa*, Ano I(2), 92–115.



- Marchueta, M. R. (2002). *O Conceito de Fronteira na Época da Mundialização*. Lisboa: Edições Cosmos : Instituto da Defesa Nacional.
- Matias, R. M. X. F. (1993). *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica*. Manual Escolar, ME-71-00-08. Lisboa, Portugal: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Miguel, M. F. (1979). Portugal, a Espanha e a NATO. *Revista Militar, 31-Separata*, 725–836.
- Mongiardim, M. R. de. (2016, fevereiro 2). *A Evolução do Conceito de Fronteira*. Apresentado na Conferência no Palácio da Independência, Lisboa. Retirado de [https://www.academia.edu/21477028/A\\_Evolu%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Conceito\\_de\\_Fronteira](https://www.academia.edu/21477028/A_Evolu%C3%A7%C3%A3o_do_Conceito_de_Fronteira)
- Moreira, A. (1963, novembro 12). *Fronteira Ideológica*. Apresentado no Colégio Universitário Pio XII, Lisboa.
- Moreira, A. (1977). *O Novíssimo Príncipe* (11.<sup>a</sup> Ed.). Braga: Editorial Intervenção.
- Moreira, A. (1979). Poder funcional - poder errático. *Nação e Defesa, Ano IV*(12). Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.26/3530>
- Moreira, A. (1995). Conceito Estratégico Nacional. Em E. de S. Ferreira, H. Rato, A. Moreira, & Instituto Nacional de Administração (Portugal) (Eds.), *Portugal hoje* (pp. 307–322). Portugal: Instituto Nacional de Administração.
- Moreira, A. (1997). Soberania de Serviço. *Janus*. Retirado de [https://www.janusonline.pt/arquivo/1997/1997\\_1\\_5.html](https://www.janusonline.pt/arquivo/1997/1997_1_5.html)
- Moreira, A. (2000a). Situação internacional portuguesa. *Análise Social, 35*(154–155), 315–326. doi: 10.31447/AS00032573.2000155.13
- Moreira, A. (2000b). Um novo Conceito Estatístico Nacional. Em A. Moreira, *Estudos da conjuntura internacional* (pp. 312–330). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Moreira, A. (2009). Portugal e a geopolítica da interculturalidade. *Povos E Culturas, (13)*, 53–91. doi: 10.34632/povoseculturas.2009.8670
- Moreira, A. (2016). *Teoria das Relações Internacionais* (9.<sup>a</sup> Ed.). Manuais Universitários. Lisboa: ISCSP.
- Moreira, A. (2020). *Ciência Política* (6.<sup>a</sup> Ed.). Manuais Pedagógicos. Coimbra, Portugal: Almedina.
- Newman, D., & Paasi, A. (1998). Fences and neighbours in the postmodern world: boundary narratives in political geography. *Progress in Human Geography, 22*(2), 186–207. doi: 10.1191/030913298666039113



- Nogueira, J. M. F. (2011). *O Método Geopolítico Alargado. Persistências e Contingências em Portugal e no Mundo*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Observatório da Energia. (2021). *Energia em números - Edição 2021*. Lisboa: Direção Geral de Energia e Geologia, Direção de Serviços de Planeamento Energético e Estatística.
- Oliveira, R. (2021). *O Sistema de Forças 2014 e o atual ambiente Estratégico* (Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto). Instituto Universitário Militar, Lisboa.
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (1949). *Strategic Concept for the Defense of the North Atlantic Area* (N.º D.C. 6/1). Bruxelas: OTAN.
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (1991). *The Alliance's New Strategic Concept*. Bruxelas: OTAN. Retirado de [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_23847.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_23847.htm)
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (1999). *The Alliance's Strategic Concept*. Washington D.C.: OTAN. Retirado de [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_27433.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_27433.htm)
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2010). *Active Engagement, Modern Defence - NATO 2010 Strategic Concept*. Lisboa: NATO. Retirado de [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_68580.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_68580.htm)
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2022). *Conceito Estratégico da NATO 2022*. Bruxelas: OTAN.
- Paasi, A. (2010). The Changing Discourses on Political Boundaries. Em H. van Houtum, O. T. Kramsch, & W. Zierhofer (Eds.), *B/ordering space* (pp. 17–28). Aldershot: Ashgate.
- Palhau, A. (2005). *A Situação Geoestratégica de Portugal e Implicações para as Forças Armadas* (Trabalho Individual de Longa Duração). Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa. Retirado de <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/11851>
- Palmeira, J. A. de P. (2006). *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Coleção Estratégia e Política Externa. Lisboa: Prefácio.
- Parker, N., & Vaughan-Williams, N. (2012). Critical border studies: broadening and deepening the 'lines in the sand' agenda. *Geopolitics*, 17(4), 727–733. doi: 10.1080/14650045.2012.706111
- Poirier, L. (1982). *Essais de stratégie théorique*. Cahier, 22. Paris: Fondation pour les études de défense nationale.



- Presidência do Conselho de Ministros. (2013). *Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013*. Lisboa.
- Programa do I Governo Constitucional, de 3 de agosto (1976). *Programa do I Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série, 17, 438(1)-438(69). Lisboa: I Governo Constitucional.
- Programa do II Governo Constitucional, de 3 de fevereiro (1978). *Programa do II Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série, 34 - Suplemento, 330(1)-330(84). Lisboa: II Governo Constitucional.
- Programa do III Governo Constitucional, de 8 de outubro (1978). *Programa do III Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série, 105, 1186–1270. Lisboa: III Governo Constitucional.
- Programa do IV Governo Constitucional, de 5 de dezembro (1978). *Programa do IV Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série, 13, 205–247. Lisboa: IV Governo Constitucional.
- Programa do IX Governo Constitucional, de 21 de junho (1983). *Programa do IX Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série, 6 - Suplemento, 196(2)-196(44). Lisboa: IX Governo Constitucional.
- Programa do V Governo Constitucional, de 14 de agosto (1979). *Programa do V Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série, 96, 2185–2196. Lisboa: V Governo Constitucional.
- Programa do VI Governo Constitucional, de 12 de janeiro (1980). *Programa do VI Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série, 11, 119–139. Lisboa: VI Governo Constitucional.
- Programa do VII Governo Constitucional, de 17 de janeiro (1981). *Programa do VII Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série, 20, 337–367. Lisboa: VII Governo Constitucional.
- Programa do VIII Governo Constitucional, de 15 de setembro (1981). *Programa do VIII Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série, 101, 3269–3300. Lisboa: VIII Governo Constitucional.
- Programa do X Governo Constitucional, de 16 de novembro (1985). *Programa do X Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série, 4, 159–191. Lisboa: X Governo Constitucional.



- Programa do XI Governo Constitucional, de 28 de agosto (1987). *Programa do XI Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série, 4 - Suplemento, 26(1)-26(40). Lisboa: XI Governo Constitucional.
- Programa do XII Governo Constitucional, de 15 de novembro (1991). *Programa do XII Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série C, 1 - Suplemento, 6(1)-6(44). Lisboa: XII Governo Constitucional.
- Programa do XIII Governo Constitucional, de 8 de novembro (1995). *Programa do XIII Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série A, 2 - Suplemento, 26(2)-26(64). Lisboa: XIII Governo Constitucional.
- Programa do XIV Governo Constitucional, de 6 de novembro (1999). *Programa do XIV Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série A, 2 - Suplemento, 12(2)-12(66). Lisboa: XIV Governo Constitucional.
- Programa do XIV Governo Constitucional, de 10 de abril (2024). *Programa do XXIV Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série-A, 8, 2–184. Lisboa: XXIV Governo Constitucional.
- Programa do XIX Governo Constitucional, de 28 de junho (2011). *Programa do XIX Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série-A, 4, 2–130. Lisboa: XIX Governo Constitucional.
- Programa do XV Governo Constitucional, de 18 de abril (2002). *Programa do XV Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série A, 2 - 1 Suplemento, 6(2)-6(44). Lisboa: XV Governo Constitucional.
- Programa do XVI Governo Constitucional, de 24 de julho (2004). *Programa do XVI Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série-A, 75, 3034–3084. Lisboa: XVI Governo Constitucional.
- Programa do XVII Governo Constitucional, de 18 de março (2005). *Programa do XVII Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série-A, 2, 2–138. Lisboa: XVII Governo Constitucional.
- Programa do XVIII Governo Constitucional, de 3 de novembro (2009). *Programa do XVIII Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série-A, 3, 2–130. Lisboa: XVIII Governo Constitucional.
- Programa do XX Governo Constitucional, de 6 de novembro (2015). *Programa do XX Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série-A, 4, 2–140. Lisboa: XX Governo Constitucional.



- Programa do XXI Governo Constitucional, de 27 de novembro (2015). *Programa do XXI Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série-A, 12, 2–263. Lisboa: XXI Governo Constitucional.
- Programa do XXII Governo Constitucional, de 26 de outubro (2019). *Programa do XXII Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série-A, 2, 2–197. Lisboa: XXII Governo Constitucional.
- Programa do XXIII Governo Constitucional, de 1 de abril (2022). *Programa do XXIII Governo Constitucional*. Diário da Assembleia da República, II Série-A, 4, 2–187. Lisboa: XXIII Governo Constitucional.
- Proposta de Resolução n.º 13/XV/2023, de 18 de maio (2023). *Proposta das Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Diário da Assembleia da República, II Série-A, 231, 66–77. Lisboa: Assembleia da República.
- Ramalho, J. L. P. (1998). *O conceito de Espaço Estratégico de Interesse Nacional* (Trabalho Individual de Longa Duração). Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/85, de 20 de fevereiro (1985). *Conceito Estratégico De Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª Série, 42, 377–380. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/94, de 4 de fevereiro (1994). *Conceito Estratégico De Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª Série, 29, 550–552. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, de 20 de janeiro (2003). *Conceito Estratégico De Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª Série, 16, 279–287. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2006, de 12 de dezembro (2006). *Estratégia Nacional para o Mar*. Diário da República, Série I, 8316–8327. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril (2013). *Conceito Estratégico De Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª Série, 67, 1981–1995. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Ribeiro, A. S. (2009). *Teoria Geral da Estratégia: o essencial ao processo estratégico*. Coimbra: Almedina.
- Ribeiro, A. S. (2010). *Política de Defesa Nacional e Estratégia Militar. Modelo de Elaboração*. Segurança e Defesa. Loures: Diário de Bordo.



- Ribeiro, A. S., & Pinto, S. S. (2022). *O Processo de Gestão Estratégica no Estado-Maior-General das Forças Armadas*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Santos, L. A. B. dos, & Lima, J. M. M. do V. (Eds.). (2019). *Orientações Metodológicas para Elaboração de Trabalhos de Investigação* (2.<sup>a</sup> Ed., revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Sequeira, J. M. D. (2014). As Teorias Geopolíticas e Portugal. *Revista Militar*, (2547), 287–317.
- Silva, G. do C. e. (1981). *Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil* (3.<sup>a</sup> Ed.). Coleção Documentos Brasileiros, 190. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Sousa, A. J. D. R. de. (2018). Da relevância do mar na política orçamental portuguesa. *Lusíada. Economia & Empresa*, (25), 11–29. doi: 10.34628/drvn-1f84
- Tomé, L. (2010). *A geopolítica e o complexo de segurança na Ásia: Questões Teóricas e conceituais* (Tese de Doutoramento em Relações Internacionais). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Tomé, L. (2014). Geopolítica e (Geo)Estratégia. Em *Estudos de Homenagem a Abel Cabral Couto* (pp. 173–194). Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- União Europeia. (2003). *European Security Strategy. A secure Europe in a better world*. Bruxelas: União Europeia.
- União Europeia. (2016). *A Global Strategy for EU Foreign and Security Policy*. Bruxelas: União Europeia.
- União Europeia. (2022). *A Strategic Compass: For Security and Defense*. Bruxelas: União Europeia.
- União Europeia. (2024, 30 de junho). Os Tratados de Maastricht e de Amesterdão | Fichas temáticas sobre a União Europeia | Parlamento Europeu. Retirado de <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/3/os-tratados-de-maastricht-e-de-amesterdao>
- Van Houtum, H. (2005). The Geopolitics of Borders and Boundaries. *Geopolitics*, 10(4), 672–679. doi: 10.1080/14650040500318522
- Yarger, H. R. (2006). *Strategic theory for the 21st century: the little book on big strategy*. Letort papers, 12. Carlisle Barracks, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College.



Yin, R. K. (2018). *Case study research and applications: design and methods* (6.<sup>a</sup> Ed.).  
Washington D.C.: SAGE.



## Anexo A – Espaço Estratégico de Interesse Permanente e Conjuntural

	Áreas Gerais <sup>a</sup>	Delimitação das áreas geográficas	Caracterização
EEIN-P	Território Nacional: Continente, Açores e a Madeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Território continental</li> <li>– Arquipélago dos Açores</li> <li>– Arquipélago da Madeira</li> <li>– Mar Territorial</li> </ul>	<b>Continente:</b> Área: 89 045,1 km <sup>2</sup> 9 869 343 habitantes ZEE: 220 000 km <sup>2</sup> 832 km de costa 1215 km de fronteira terrestre
	Espaço de circulação entre as parcelas do território nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Corredores marítimos e aéreos entre territórios</li> </ul>	<b>Açores:</b> Área: 2321,9 km <sup>2</sup> 241 763 habitantes ZEE: 984 300 km <sup>2</sup> Dista 1400 km do Continente e 3600 km da costa americana. 600 km entre as ilhas mais distantes (Corvo-Sta Maria)
	Espaços aéreo e marítimo sob responsabilidade nacional, as águas territoriais, os fundos marinhos contíguos, a zona económica exclusiva e a zona que resultar do processo de alargamento da plataforma continental.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– ZEE,</li> <li>– Águas territoriais,</li> <li>– Fundos marinhos,</li> <li>– Zonas de SAR e FIR</li> </ul>	<b>Madeira:</b> Área: 784,8 km <sup>2</sup> 245 011 habitantes ZEE: 437 000 km <sup>2</sup> Dista 950 km de Lisboa, 700 km dos Açores e 600 Km da costa africana <b>Selvagens:</b> 230 km do Funchal e 152 km das Canárias. ZEE nacional: 1 640 500 km <sup>2</sup> Área terrestre: 92 151,8 km <sup>2</sup> EEIN-P: 2 041 087 km <sup>2</sup> (aprox.) <sup>b</sup> Espaços de circulação: 308 435,2 km <sup>2</sup> (aprox.) Rácio superfície terrestre/marítima do EEIN-P: 4,7% População residente: 10 356 117 indivíduos.

<sup>a</sup> Ver CEDN, 2003, 5.1.

Fontes: CEDN, INE, MS Encarta 98.

<sup>b</sup> Área calculada pela soma das áreas correspondentes às ZEE do Continente, Açores e Madeira, com uma parcela correspondente aos espaços de circulação entre as ZEE (ver Figura 2-1). Esta parcela foi obtida por um processo de adição das áreas correspondentes às figuras geométricas contidas dentro dos espaços entre as ZEE (um quadrado com 300 milhas náuticas de lado e dois retângulos de 200x66,6 milhas náuticas) de que resulta uma área aproximada por defeito. Um valor mais rigoroso poderá ser obtido pela utilização de cartografia digital associada a Sistemas de Informação Geográfica.

**Figura 9 - Caracterização do EEIN-P 2003**

Fonte: Palhau (2005, p. 69)

	Áreas Gerais <sup>a</sup>	Delimitação das áreas geográficas	Distância ao EEIN-P <sup>b</sup>
EEIN-C	O espaço euro-atlântico compreendendo a Europa, o espaço atlântico em geral e o relacionamento com os Estados Unidos da América.	Países membros da UE e candidatos, países da OTAN e candidatos, respectivos espaços marítimos, os corredores de circulação no Atlântico Norte e território dos EUA.	4 000 Km (Costa americana) 3 000 Km (Riga, Letónia) 3 200 Km (Istambul, Turquia)
	O relacionamento com os Estados limítrofes.	Espanha, Marrocos.	1 000 Km (Barcelona, Espanha) 650 Km (Funchal–costa marroquina)
	O Magrebe	Marrocos, Mauritània, Argélia, Tunísia, Líbia.	3 000 Km (Lisboa–Tobruk, Líbia)
	O Atlântico Sul em especial, e o relacionamento com o Brasil.	Os corredores de circulação no Atlântico Sul e o Brasil.	8 500 Km (Funchal–Cidade do Cabo) 5 000 Km (Funchal–Recife, Brasil)
	A África lusófona e Timor-Leste.	Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Timor-leste.	2 000 Km (Funchal–Praia, C. Verde) 4 500 Km (Funchal–S. Tomé) 6 000 Km (Funchal–Luanda) 8 500 Km (Lisboa–Maputo) 14 500 Km (Lisboa–Dili)
	Países em que existem fortes comunidades de emigrantes portugueses.	França, Alemanha, África do Sul, Brasil, Venezuela, EUA, Canadá.	1 500 Km (Paris) 8 000 Km (Joanesburgo) 7 000 Km (Rio de Janeiro) 6 500 Km (Caracas) 3 800 Km (Nova Iorque) 4 000 Km (Otawa)
	Países ou regiões em que Portugal tenha presença histórica e cultural.	Macau, Índia, Costa Ocidental Africana, Marrocos, Brasil.	11 00 Km (Macau) 8 500 Km (Goa, Índia)
	Países de origem das comunidades imigrantes em Portugal.	Brasil, Cabo Verde, Ucrânia.	3 400 Km (Kiev)
Outras zonas do globo onde os interesses nacionais estejam em causa, ou tenham lugar acontecimentos que os possam afectar.	E.g., Indonésia (Timor), Afeganistão (terrorismo), Iraque (terrorismo e petróleo), Médio Oriente (petróleo e segurança), Balcãs (segurança).	6 900 Km (Cabul, Afeganistão) 5 300 Km (Koweit, Golfo Pérsico) 2 300 Km (Zagrzebe)	

<sup>a</sup> Ver CEDN, 2003, 5.1.

Fontes: CEDN, INE, MS Encarta 98.

<sup>b</sup> Medida a partir do vértice do triângulo estratégico mais próximo: Lisboa, Funchal, Açores.

**Figura 10 - Caracterização do EEIN-C 2003**

Fonte: Palhau (2005, p. 70)

**Apêndice A – Glossário de conceitos complementares****Quadro 1 – Glossário de conceitos complementares**

<b>Conceito</b>	<b>Definição</b>
<b>Ambiente Estratégico</b>	O ambiente estratégico é o domínio no qual a liderança interage com outros estados ou atores para avançar no bem-estar do Estado. Esse ambiente consiste no contexto interno e externo, condições, relacionamentos, tendências, questões, ameaças, oportunidades, interações e efeitos que influenciam o sucesso do Estado em relação ao mundo físico, outros estados e atores, acaso e os possíveis futuros. (Yarger, 2006, p. 17)
<b>Ameaça</b>	“Ato ou acontecimento de caráter ofensivo [...] que afeta significativamente os objetivos políticos de um Estado, de modo a colocar a sua sobrevivência como unidade política, ou, de algum modo, a própria segurança internacional” (Borges, 2016, p. 32). Distinguem-se de riscos, no sentido que estas são sempre intencionais.
<b>Ciência Política</b>	“Em sentido restrito, é a ciência dos factos políticos isolados dos fenómenos sociais em que se inscrevem, sendo facto político todo o evento relacionado com a aquisição, manutenção e exercício do poder político” (Lara, 2021, p. 39)
<b>Defesa Nacional</b>	Conjunto de medidas, tanto de carácter militar, como político, económico, social e cultural que, adequadamente integradas e coordenadas e desenvolvidas global e sectorialmente, permitem reforçar as potencialidades da nação e minimizar as suas vulnerabilidades com vista a torná-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaças que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a Segurança Nacional. (Cardoso, 1981, pp. 23–24)
<b>Estado</b>	“Pessoa colectiva que, para efeitos das relações de direito interno, tem por órgão o governo” (Caetano, 2003, p. 141).
<b>Estratégia Geral</b>	[...]domínios específicos das formas de coacção política, económica, psicossocial e militar. [...] têm como função repartir, combinar e assegurar a execução das tarefas que são incumbidas pela estratégia integral aos diferentes ramos de actividade [...] englobam o emprego dos meios (aspectos operacionais) e o desenvolvimento da força, o qual compreende a geração e criação de novos meios (aspectos genéticos) e a sua composição, organização e articulação (aspectos estruturais). (Ribeiro, 2009, p. 79)
<b>Estratégia Integral</b>	A estratégia integral (segundo Poirier) ou total (segundo Beaufre) abarca o estudo e a aplicação de todas as formas de coacção (política, económica, psicossocial e militar) [...] diz respeito a múltiplas acções e actividades necessárias à preparação e ao emprego fraccionado e especializado, mas coordenado, do poder nacional[...]. (Ribeiro, 2009, p. 77) O Chefe do Governo assume a condução da estratégia integral, que se funde com a política designada por estratégia nacional e posteriormente se subdivide nas estratégias gerais de âmbito político, económico, psicossocial e militar (Ribeiro, 2009, p. 77).
<b>Estratégia Particular</b>	[...] cabe combinar, coordenar e repartir as actividades dentro da estratégia geral a que se subordinam. Estas actividades, a nível político, visam a definição de objectivos estratégicos particulares. A nível estratégico são definidas segundo a natureza dos meios ou dos sectores de actividade a que se dirigem. (Ribeiro, 2009, p. 80)
<b>Facto Político</b>	“Todo o acontecimento envolvido na luta pela conquista ou aquisição, manutenção e exercício do Poder” (Lara, 2021, p. 22).
<b>Geoestratégia (outras definições)</b>	“[A] geoestratégia é uma estratégia fundamentada na exploração sistemática das possibilidades oferecidas pelos grandes espaços em termos de extensão, de forma, de topografia, de recursos de toda ordem” (Coutau-Bégarie, 2006, p. 571) “Geoestratégia é o estudo dos fatores geográficos em função da decisão estratégica” (Correia, 2012, p. 239); “Geopolítica e geoestratégia são, respetivamente, a política e a estratégia a partir da geografia num senso amplo ( Fernandes & Duarte, 2003, p. 12)
<b>Política</b>	Actividade desenvolvida para a conquista e manutenção do Poder segundo certos ideais que se pretende fazer aceitar e realizar na sociedade [...] correntemente que a Política é «a arte de governar» [...] entre a Ciência Política e a Política existe a diferença que vai de toda a Ciência à Arte. (Caetano, 2003, p. 15)
<b>Política Externa</b>	“Conjunto de relações externas oficiais conduzidas por um ator independente, usualmente um estado, nas relações internacionais” (Hill, 2003, p. 3).
<b>Segurança Nacional</b>	Condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas. (Cardoso, 1981, p. 23)



## Apêndice B - Modelo de Análise

Quadro 2 – Modelo de Análise

<b>Tema</b>		A leitura geoestratégica do Espaço Português: Do passado ao futuro.							
<b>Problema</b>		Compreender as constantes e linhas de força do posicionamento geoestratégico nacional desde 1974							
<b>Objeto de estudo</b>		Posicionamento geoestratégico nacional desde 1974 até 2024							
<b>Delimitação</b>		<b>Temporal</b>		<b>Espacial</b>		<b>Conteúdo</b>			
		De 1974 a 2024		Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente/Conjuntural		Segurança e Defesa			
<b>Objetivo Geral</b>		Esquematizar as constantes e linhas de força do posicionamento geoestratégico nacional desde 1974							
<b>Questão Central</b>		Quais as constantes e linhas de força do posicionamento geoestratégico nacional desde 1974?							
<b>Metodologia</b>		<b>Raciocínio</b>		<b>Metodologia</b>		<b>Desenho da pesquisa</b>		<b>Horizonte Temporal</b>	
		Indutivo		Qualitativa		Estudo de caso simples		Longitudinal	
<b>Objetivos Específicos (OE)</b>		<b>Questões Derivadas (QD)</b>		<b>Conceitos</b>	<b>Dimensões</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Técnicas de recolha</b>	
<b>OE1</b>	Examinar a evolução do condicionamento geográfico nacional	<b>QD1</b>	De que forma evoluíram os limites geográficos de Portugal?	EEIN	EEIN-P EEIN-C	- Fronteiras estruturais - Fronteiras conjunturais	- Delimitações do EEIN-P/EEIN-C - Projetos de expansão territorial	- Entrevistas semiestruturadas a entidades participantes na revisão de documentos estratégicos  - Análise documental de documentos estratégicos e políticos, bibliografia e trabalhos académicos, com triangulação de dados, privilegiando fontes primárias	
<b>OE2</b>	Analisar a evolução do posicionamento geopolítico nacional	<b>QD2</b>	De que forma evoluiu o posicionamento geopolítico de Portugal?	Política	Geopolítica	- Política Externa - Defesa Nacional	- Referências a espaços estratégicos de interesse nacional - Participação de forças militares em OI/		
<b>OE3</b>	Analisar a evolução do ambiente estratégico de Portugal	<b>QD3</b>	De que forma evoluiu o ambiente estratégico de Portugal?	Estratégia	Ambiente Estratégico	- Externo - Interno	- Potencialidades e vulnerabilidades do EEIN-P - Oportunidades e Ameaças no EEIN-C		



## Apêndice C – Análise de entrevistas

Quadro 3– Análise de conteúdo por pergunta

Pergunta 1 - Como entende a evolução da delimitação do espaço de interesse estratégico nacional desde 1974, em particular no que respeita à conceptualização do EEIN-P e EEIN-C?											
Categoria	Subcategorias	Unidade de Registo (UR)	Entrevistados							Unidade de enumeração (UEN)	(%)
			1	2	3	4	5	6	7		
Delimitação do espaço estratégico	Fronteiras Estruturais	1.1. Rutura Estratégica das fronteiras geográficas desde 1974-1975	X		X	X	X			4/7	57%
		1.2. Posição geográfica como fonte de poder		X	X	X				3/7	43%
	Fronteiras Conjunturais	1.3. Evolução em força do posicionamento internacional de Portugal	X	X	X	X	X	X		6/7	86%
		1.4. Opção europeia – integração internacional e reconhecimento	X	X	X		X	X	X	6/7	86%
		1.5. Opção transatlântica – segurança e espaço de expansão		X	X		X	X	X	5/7	71%
		1.6. Opção lusófona - ligação cultural	X		X	X	X		X	5/7	71%
		1.7. Importância da dupla filiação de alianças – marítima e continental			X				X	2/7	29%
<b>Conclusões:</b>											
Na evolução de fronteiras estruturais destaca-se o impacto da rutura da pluricontinentalidade dos limites geográficos a partir de 1974 e a necessária integração no espaço europeu. Denota-se que 43 % dos entrevistados indicam a posição geográfica de Portugal como fonte de poder, o que marca a sua inserção em grandes espaços. Quanto a fronteiras conjunturais a opinião é unânime quanto ao facto de esta ter sido “decantada” na sequência do posicionamento internacional. E1 e E6 referem a questão da nossa Política Externa ser mais ampla. Resume-se a três opções a europeia, transatlântica e lusófona. As razões destas opções foram: na opção europeia, integração de Portugal no espaço com o qual tinha as suas fronteiras continentais; na opção transatlântica, por questões de segurança relacionadas com a ampla fronteira marítima nacional e o Atlântico ser um espaço de expansão de influência de duplo eixo, Norte e Sul; na opção lusófona, por ligação cultural e histórica. É necessário destacar a necessidade de aliança com a potência marítima e continental, em força da natureza biunívoca das fronteiras portuguesas e como garante da autonomia estratégica de Portugal.											



Pergunta 2 - Qual o impacto que considera que a delimitação do EEIN-P e EEIN-C tem para a definição de estratégias nacionais (de nível integral, geral, particular)? O que motivou a formalização ou omissão destes conceitos no CEDN 2013 e Grandes Opções do CEDN 2023?										
Categoria	UR	Entrevistados							UEN	(%)
		1	2	3	4	5	6	7		
Impacto estratégico da delimitação do EEIN	2.1. Relevância para enquadramento estruturante da formulação da estratégia				X				1/7	14%
	2.2. Falta de impacto prático					X			1/7	14%
	2.3. Afirmação internacional em termos diplomáticos		X			X	X		3/7	43%
Formalização do EEIN-P/C em documentos estratégicos	2.4. CEM - Clarifica posicionamento geoestratégico nacional			X	X			X	3/7	43%
	2.5. Permite definir prioridades, afetar recursos e desenvolvimento de capacidades		X		X		X	X	4/7	57%
Omissão do EEIN-P/C nos CEDN	2.6. Necessidade de que o CEDN fosse amplo e legível	X	X	X					3/7	43%
	2.7. A omissão limita a capacidade estruturante do documento				X				1/7	14%
	2.8. Risco político-diplomático na identificação pública de ameaças e zonas instáveis							X	1/7	14%
<b>Conclusões:</b>										
<p>Extraí-se das entrevistas que a razão de omissão do EEIN-P/C no CEDN deve-se ao facto de existir a intenção de que o documento fosse o mais amplo possível em termos de conteúdo, contudo E4 considera que esta omissão limita a capacidade estruturante do CEDN e E7 considera que pode ser considerado um gesto inamistoso a identificação de determinados locais como fonte de insegurança. Quanto ao impacto da delimitação do EEIN, verifica-se que é importante no sentido que se torna estruturante na formulação da estratégia nacional e garante a afirmação internacional. Ademais, a formalização destes conceitos em documentos estratégicos clarifica o posicionamento geoestratégico nacional e permite a definição de prioridades.</p>										
Pergunta 3 - Quais diria que foram as grandes opções geopolíticas de Portugal desde 1974, e que fatores as condicionaram?										
Categoria	UR	Entrevistados							UEN	(%)
		1	2	3	4	5	6	7		
Opções geopolíticas nacionais	3.1. Reintegração no espaço europeu – Adesão à CEE/EU	X	X	X	X	X	X	X	7/7	100%
	3.2. Consolidação da Aliança Atlântica – reforço da presença na NATO	X	X	X	X	X	X	X	7/7	100%
	3.3. Valorização simbólica da lusofonia – criação da CPLP		X		X	X	X	X	5/7	71%
	3.4. Potenciar da vertente marítima		X		X			X	3/7	43%
<b>Conclusões:</b>										
<p>As opções geopolíticas portuguesas desde 1974 são consensuais entre os entrevistados, podendo extrair-se três grandes opções internacionais, a opção europeia, transatlântica e lusófona. Em grande medida estas encontram-se relacionadas com o aproveitamento de algumas oportunidades e redução de vulnerabilidades derivadas da nossa posição e história. No caso da opção europeia, é claro entre os entrevistados que ocorre inicialmente como necessidade de integração no espaço continental ao qual Portugal se encontrava reduzido após 1974, o continente europeu, o que acrescido a outras vertentes relevantes como a económica e de defesa, estabelecem esta opção como prioridade. No caso da opção atlântica, é percecionada pelos entrevistados como uma opção necessária em termos de defesa, que vai em linha com opção histórica portuguesa de se aliar à potência marítima, neste caso os Estados Unidos da América, através da OTAN. A opção lusófona encontra-se essencialmente relacionada com a reaproximação aos países de língua oficial portuguesa, tendo por base histórica e cultura comuns e centrada na CPLP. Contudo, esta ligação é entendida pelos entrevistados como simbólica, que deveria ser exponenciada e que deveria ser promovida. Por sua vez, alguns entrevistados relevam o esforço nacional em potenciar a vocação marítima do país, com iniciativas como a Extensão da Plataforma Continental (EPC), nomeadamente como forma de expandir o interesse nacional para outras regiões.</p>										



<b>Pergunta 4 - Na sua opinião, qual o peso relativo dos três paradigmas estruturantes (europeu, transatlântico e lusofonia) nas sucessivas formulações do CEDN?</b>										
Categoria	UR	Entrevistados							UEN	(%)
		1	2	3	4	5	6	7		
Paradigma europeu	4.1. Relevância Alta	X		X	X	X		X	5/7	71%
	4.2. Relevância Média		X						1/7	14%
Paradigma transatlântico	4.3. Relevância Alta		X						1/7	14%
	4.4. Relevância Média	X		X	X	X		X	5/7	71%
Paradigma lusófono	4.5. Relevância Baixa	X	X	X	X	X		X	6/7	86%

**Conclusões:**

Em termos de peso relativo nas sucessivas formulações do CEDN, a opinião dos entrevistados é idêntica, sendo o paradigma mais relevante o europeu com sede na UE, o transatlântico, com sede na NATO e em terceiro a lusofonia baseada na CPLP. É relevante referir que três entrevistados (E2, E3, E4) entendem que a relevância do paradigma da lusofonia tem oscilado.

**Pergunta 5 - Que ameaças e vulnerabilidades foram consideradas mais relevantes nos CEDN em que participou? Houve mudanças significativas ao longo do tempo?**

Categoria	UR	Entrevistados							UEN	(%)
		1	2	3	4	5	6	7		
Ameaças/Risco	5.1. Segurança (Terrorismo, conflitos regionais, proliferação nuclear, criminalidade, cibernéticas)		X	X	X			X	4/7	57%
	5.2. Partilhadas com as organizações/espacos em que estamos inseridos	X		X		X	X		4/7	57%
Vulnerabilidades	5.3. Dependência de recursos (energéticos e alimentares)	X	X				X	X	4/7	57%
	5.4. Descontinuidade territorial (defesa da zona marítima de interesse vital)				X		X	X	3/7	43%
	5.5. Fragilidade económica	X	X	X		X	X	X	6/7	86%
	5.6. Envelhecimento da População		X						1/7	14%

**Conclusões:**

Apesar de o entendimento dos entrevistados ser díspar, como conjunto denota-se que as ameaças e vulnerabilidades identificadas são as identificadas nos CEDN e CEM. 43% dos entrevistados referem que as ameaças a Portugal são as mesmas que as OI em que estamos inseridos. Nesse sentido, é possível concluir que a pertença a grandes espaços das OI acrescem risco a Portugal, o que implica que a defesa nestes grandes espaços seja realizada nos seus limites. Nomeadamente com a projeção de meios nacionais. Consequentemente, esta é uma evidência que demonstra que as fronteiras conjunturais dos grandes espaços constituem as nossas fronteiras.



<b>Pergunta 6 - Que potencialidades/oportunidades foram consideradas mais relevantes nos CEDN em que participou? Houve mudanças significativas ao longo do tempo?</b>											
Categoria	UR	Entrevistados							UEN	(%)	
		1	2	3	4	5	6	7			
Potencialidades	6.1. Cultura, espaço linguístico e referências históricas		X					X	2/7	29%	
	6.2. Posição geográfica - O mar e a centralidade no espaço atlântico	X	X	X	X	X		X	6/7	86%	
Oportunidades	6.3. Desempenho das Forças Nacionais Destacadas como elemento de Política Externa			X				X	2/7	29%	
	6.4. Valorização da Diáspora	X	X		X			X	4/7	57%	
	6.5. Oportunidades no âmbito da União Europeia	X						X	2/7	29%	
	6.6. Extensão da Plataforma Continental - <i>Hub</i> logístico e energético				X				1/7	14%	
<b>Conclusões:</b>											
Destaca-se de entre os entrevistados que a posição geográfica de Portugal é a nossa maior potencialidade, no sentido que “é um ponto de confluência de linhas de força estratégicas” (E5). Os entrevistados E1/E2/E4 referem a importância da valorização da diáspora como oportunidade, que referem ser espalhada além dos grandes espaços onde nos inserimos. Apesar de a cultura e espaço linguístico ser referido ao longo de todas as entrevistas, nesta pergunta destaca-se o facto de ser pouco referida.											
<b>Pergunta 7 - Considera que a extensão da plataforma continental tem sido suficientemente valorizadas nos instrumentos estratégicos nacionais?</b>											
Categoria	UR	Entrevistados							UEN	(%)	
		1	2	3	4	5	6	7			
Extensão da Plataforma Continental	7.1. Relevância Estratégica		X	X	X			X	X	5/7	71%
	7.2. Incapacidade exploração	X	X	X	X	X			X	6/7	86%
<b>Conclusões:</b>											
A maioria dos entrevistados concorda com a relevância estratégica da EPC, contudo uma maior percentagem ainda concorda com o facto de, neste momento, Portugal não ter a capacidade de explorar todo o potencial da EPC, assim como garantir a sua defesa.											
<b>Pergunta 8 - A partir da sua experiência, que constantes e linhas de força identifica no posicionamento geoestratégico nacional desde 1974?</b>											
Categoria	UR	Entrevistados							UEN	(%)	
		1	2	3	4	5	6	7			
Constantes	8.1. Mar como elemento estruturante e de projeção estratégica	X	X		X					3/7	43%
	8.2. Opção europeia		X	X	X	X	X	X	X	6/7	86%
	8.3. Opção lusófona	X	X	X	X	X	X	X	X	7/7	100%
	8.4. Opção transatlântica	X	X	X	X	X	X	X	X	7/7	100%
Linhas de Força	8.5. Opção Magrebe	X				X			X	3/7	43%
	8.6. Opção asiática		X							1/7	14%
<b>Conclusões:</b>											
Denota-se nos entrevistados uma concordância generalizada aquelas que podem ser entendidas como as opções constantes em termos de espaço de interesse conjuntural, ou seja, de projeção de poder em espaços fora das fronteiras permanentes portuguesas, nomeadamente as opções europeia, transatlântica e lusófona. Quanto à opção constante de fronteiras permanentes surge o mar, sendo referido de forma igualmente significativa. Em termos de linha de força, surgem a opção do Magrebe e asiática,											

**Apêndice D – Análise documental<sup>29</sup>****Quadro 4 – Análise de conteúdo categorial**

DOCUMENTO	CATEGORIAS					
	LUSOFONIA	TRANSATLÂNTICA	EUROPA	FRONT. TERR/MAR	MAGREBE	ÁSIA
Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/85)	Restabelecimento das relações bilaterais com os PALOP e reforçar a relação com o Brasil. Atlântico surge como plataforma de extensão da influência	Manutenção da opção atlântica e cumprimento dos compromissos nacionais, mas reduzida face à importância da Europa	Afirmação da vocação europeia de Portugal como eixo da política externa, face ao declínio da presença em África	Promoção do aproveitamento económico das águas marítimas e interiores, com introdução da ZEE	Sem referências.	Sem referências.
CEDN (Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/94)	Mantém-se a prioridade das relações com os PALOP e a relevância do Brasil, embora presente desfazamento entre intenções e realizações	Afirma-se a relevância da opção atlântica na ótica de Defesa, mas reduzida face à importância da Europa	Reforço da prioridade do compromisso com a opção europeia, mas mantendo a soberania nacional e valorização da experiência africana	Semelhante ao anterior	Sem referências.	Valorização do aprofundamento da relação diplomática com a China no contexto da entrega de Macau. Referência às relações com o Japão
Programa de Governo (PG) (I Governo Constitucional)	Reforço das relações com o Brasil, com valorização do intercâmbio técnico, cultural e económico	Ligação transatlântica meramente funcional no âmbito da defesa	Afirmação da Europa como espaço geoestratégico prioritário	Referência apenas no âmbito das pescas e transporte	Referência genérica aos países árabes	Sem referências.
PG (II Governo Constitucional)	Prioridade de terceira ordem, fortalecimento das relações com os países de expressão portuguesa e compromisso com Timor-Leste	Prioridade de segunda ordem, confirmação da fidelidade à OTAN como vetor essencial da defesa nacional e da Europa	Prioridade de primeira ordem, integração na CEE o mais rápido possível	Referência apenas no âmbito das pescas e transporte	Sem referências.	Enforque em Timor-Leste e a responsabilidade moral e diplomática de Portugal

<sup>29</sup> Esta análise consiste numa análise de conteúdo categorial dos documentos em apreço, na vertente defesa nacional e política externa. Apenas foram colocadas as conclusões parciais por documentos e por categoria, nas vertentes referidas.



DOCUMENTO	CATEGORIAS					
	LUSOFONIA	TRANSATLÂNTICA	EUROPA	FRONT. TERR/MAR	MAGREBE	ÁSIA
PG (III Governo Constitucional)	Prioridade geral, semelhante ao anterior	Reafirmação da relação transatlântica relacionado com a defesa	Prioridade da opção europeia, com foco na entrada na CEE	Referência apenas no âmbito das pescas e transporte	Sem referências.	Sem referências.
PG (IV Governo Constitucional)	Reaproximação a algumas das ex-províncias ultramarinas	Fidelidade com a Aliança Atlântica como pilar da defesa nacional e europeia	Conclusão Parcial - Prioridade da opção europeia, com foco na entrada na CEE	Referência apenas no âmbito das pescas e transporte	Referência genérica aos países árabes e intensificação de intercâmbios	Conclusões Parciais - Valorização das relações com Macau e a China, em termos económicos
PG (V Governo Constitucional)	Reaproximação aos PALOP, nomeadamente na vertente de defesa	Reforço da relação transatlântica relacionado com a defesa, com vista a melhor integração	Prioridade da opção europeia - foco na entrada na CEE	Referência apenas no âmbito das pescas e transporte	Afirmção do Magrebe como área de prioridade diplomática, com justificação geográfica	Sem referências.
PG (VI Governo Constitucional)	Promoção da cooperação económica, científica, cultural, diplomática e militar com países atlânticos de expressão portuguesa como forma de favorecer a influência de Portugal	Aproximação a parcerias atlânticas e a OTAN numa lógica de melhorar a capacidade autónoma de defesa, ajustando os compromissos à capacidade nacional e à salvaguarda da soberania e interesses vitais.	Entrada condicionada na UE, mediante salvaguarda/reserva da autonomia nacional	Relevada a importância Estratégica das áreas marítima e do espaço interterritorial e instrumentalização da posição geográfica como potenciadora no plano internacional	Sem referências.	Sem referências.
PG (VII Governo Constitucional)	Preocupação se a entrada na CEE iria dificultar a relação com os países de língua portuguesa	Relação transatlântica relacionado com a defesa	Prioridade da opção europeia - foco na entrada na UE	Referência apenas no âmbito das pescas e transporte	Sem referências.	Conclusões Parciais - Foco nas conversações para entrega de Macau
PG (VIII Governo Constitucional)	Reaproximação a PALOP com os quais não há relação diplomática, foco novamente dado ao Brasil	Reforço da relação transatlântica relacionado com a defesa, com vista a melhor integração	Prioridade da opção europeia - foco na construção identitária europeia	Referência apenas no âmbito das pescas e transporte	Afirmção do Magrebe como área de prioridade diplomática, com justificação geográfica	Conclusões Parciais - Instauração e execução do Acordo Luso-Chinês para entrega de Macau
PG (IX Governo Constitucional)	Referência às relações externas da defesa. Foco na difusão da	Relação transatlântica relacionado com a defesa	Prioridade na opção europeia. Foco na construção identitária	Refere essencialmente pescas e transporte, mas também identifica o	Especificidade do Magrebe	Conclusões Parciais - Foco na manutenção com a



DOCUMENTO	CATEGORIAS					
	LUSOFONIA	TRANSATLÂNTICA	EUROPA	FRONT. TERR/MAR	MAGREBE	ÁSIA
	língua através da UE. Foco novamente dado ao Brasil		europeia e na presidência do Conselho das Comunidades	Atlântico como traço de união		China para estabilidade de Macau
PG (X Governo Constitucional)	Promoção da cooperação com países lusófonos, reforçar laços culturais e históricos	Semelhante ao anterior, mas com redução da visão realista	Promoção da identidade europeia de segurança e defesa, mas como complemento da Aliança Atlântica. Reconhecimento da UE como potência económica.	Valorização do território nacional como Espaço Estratégico de Interesse Nacional, com vista a salvaguarda do interesse nacional	Sem referências.	Sem referências.
PG (XI Governo Constitucional)	Semelhante ao anterior	Relação transatlântica relacionado com a defesa	Prioridade na opção europeia. Ordenação das restantes	Surge a dimensão atlântica como forma de defesa. Surge a expressão Espaço Estratégico de Interesse Nacional	Concretizar da relevância do Magrebe como fronteira de segurança	Conclusões Parciais - Foco na entrega de Macau
PG (XII Governo Constitucional)	Surgimento da CPLP e base para relação estruturada com os países de língua portuguesa	Centralidade dos EUA nos processos políticos internacionais	Papel ativo da democracia portuguesa na UE	Referência à posição geoestratégica de Portugal - conceito de país ponte	Estabelecer relações com os países do Mediterrâneo com base na ligação histórica	Conclusões Parciais - Relacionamento diferenciado na Ásia, com referência à Índia e Japão e China
PG (XIII Governo Constitucional)	Relação privilegiada com o espaço lusófono	Importância da posição euro-atlântica - relacionamento com os EUA	Importância da UE como provedor de segurança, relevância do aumento da UE para leste	Surge a relevância dos Estados Limítrofes	Importância do Magrebe como fronteira de segurança	Conclusões Parciais - Foco na relação com Macau no âmbito dos acordos com a China
PG (XIV Governo Constitucional)	Espaço da lusofonia visto como Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural, em particular África, Timor-Leste e Macau.	Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural, priorização do espaço euro-atlântico e da relação com os EUA. Referência à importância do alargamento da Aliança desde 1999, com vista à segurança e estabilidade euro-atlântica	Inserção como país intermédio no espaço euro-atlântico, com perigo da proximidade das fronteiras europeias do "arco de violência". Identificação com geografia europeia política, económica e de segurança	Definição do território nacional como EEIN-P, nas vertentes terrestres, marítima e aéreo. Salvaguarda da descontinuidade territorial e a relação com Estados limítrofes	Importância dos Países limítrofes na dimensão de segurança, integração do Magrebe na política de segurança bilateral	Reconhecimento da relevância estratégica dos países com ligação cultural a Portugal na Ásia, nomeadamente Macau



DOCUMENTO	CATEGORIAS					
	LUSOFONIA	TRANSATLÂNTICA	EUROPA	FRONT. TERR/MAR	MAGREBE	ÁSIA
PG (XV Governo Constitucional)	Correlação da integração europeia e a defesa da língua portuguesa	Potenciar da inserção geográfica e política a favor da relação com os EUA	Foco acrescenta da UE como provedora de segurança	Despertar dos assuntos do mar, com a nomeação de um secretário de Estado dos Assuntos do Mar	Concretizar da relevância do Magrebe como fronteira de segurança	Conclusões Parciais - Semelhante ao anterior
PG (XVI Governo Constitucional)	Centralidade da CPLP como espaço de cooperação lusófona	Atlântico como plataforma de expansão prioritariamente relações de defesa	Relevância da UE como vetor de segurança e crescimento	Integrado o Projeto de EPC	Apenas referência ao Magrebe	Sem referências.
PG (XVII Governo Constitucional)	Centralidade da CPLP como espaço de cooperação lusófona	Atlântico como plataforma de expansão prioritariamente relações de defesa	Relevância da UE como apoio para ultrapassar a crise financeira, mas também como vetor de segurança	Integrado o Projeto de EPC	Ligação ao Magrebe através da União Europeia	Sem referências.
PG (XVIII Governo Constitucional)	Centralidade da CPLP como espaço de cooperação lusófona	Atlântico como intermédio para estabelecer relações de defesa em particular com os EUA	Europa como eixo central, mas é pouco referida	Mar como o grande vetor estratégico a todos os níveis	Sem referências.	Sem referências.
PG (XIX Governo Constitucional)	Reconhecimento do espaço atlântico como área de interesse estratégico em particular da lusofonia	Afirmação da Aliança Atlântica como eixo central da defesa de Portugal, com destaque para a relação com os EUA. Espaço euro-atlântico em segunda ordem	Prevalência da Europa como principal área geográfica de interesse estratégico nacional reforço da posição nacional como fronteira ocidental	Valorização das potencialidades geográficas em especial através da EPC. Valorização da posição geoestratégica como território de ligação Europa-Atlântico, referência ao TEP.	Conclusão Parcial - Relevância do Magrebe como espaço estratégico na dimensão de segurança, enquanto país limítrofe e risco de conflitualidade	Referência a Países asiáticos com relações a Portugal como potencial de projecção externa dos interesses nacionais
PG (XX Governo Constitucional)	Centralidade da CPLP como espaço de cooperação lusófona - relação entre a UE e Lusofonia	Foco na relação com os EUA face à invasão da Crimeia	Opção europeia pilar central da política externa portuguesa	Reforçada a importância do mar para Portugal e emergência da Estratégia Nacional para o Mar	Ligação ao Magrebe numa perspectiva de segurança próxima da União Europeia	Reforço das relações com os países asiáticos, nomeadamente China, a Indonésia, a Índia, a Coreia do Sul e o Japão,
PG (XXI Governo Constitucional)	Lusofonia surge como o pilar central do	Relações Transatlânticas focadas na relação de defesa com os EUA	UE como ator político global	Reforçada a posição de Portugal no mundo e	Sem referências.	Sem referências.



DOCUMENTO	CATEGORIAS					
	LUSOFONIA	TRANSATLÂNTICA	EUROPA	FRONT. TERR/MAR	MAGREBE	ÁSIA
	posicionamento de "Portugal Global"			exploração dos recursos marítimos		
PG (XXII Governo Constitucional)	Divulgação da língua portuguesa - Centralidade da CPLP como espaço de cooperação lusófona	Divisão do Atlântico em dois eixos de atuação com medidas diferenciadas para cada eixo	Foco na identidade europeia e no desenvolvimento da capacidade industrial da defesa	Reforçada a posição de Portugal no mundo e exploração dos recursos marítimos	Ligação aos países limítrofes e da Ásia em termos gerais	Referência genérica à Ásia
PG (XXIII Governo Constitucional)	Semelhante ao anterior acresce a interligação com a UE	Mantém a divisão com foco no Atlântico Norte como reforço da capacidade de dissuasão	Centralidade da UE no combate à agressão militar da Rússia	Semelhante ao anterior	Ligação aos países limítrofes e da Ásia, com referência ao espaço geopolítico Indo pacífico	Referência genérica à Ásia
PG (XIV Governo Constitucional)	Lusofonia como pilar da singularidade portuguesa - Centralidade da CPLP	Portugal como país Atlântico - importância de capitalizar essa posição	Importância do projeto europeu em todas as vertentes, incluindo de segurança comum	Foco na Economia de Mar e na EPC	Sem referências.	Referência genérica à Ásia, a partir da posição atlântico